



# Anais da Assembléia

Nº 165

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 18 DE NOVEMBRO DE 1992

ANO XVIII

## MESA DIRETORA

**ANIBAL KHURY**

Presidente - PTB

**ALGACI TÚLIO**

1º Vice-Presidente - PDT

**HEINZ GEORG HERWIG**

2º Vice-Presidente - PSDB

**JOÃO BATISTA DE ARRUDA**

1º Secretário - PFL

**ADEMAR LUIZ TRAIANO**

2º Secretário - PTB

**DALTON MACHUCA**

3º Secretário - PL

**LOURENÇO FREGONESE**

4º Secretário - PRN

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## LIDERANÇAS

PMDB - Governo ..... Deputado ORLANDO PESSUTI  
PRN ..... Deputado NELSON ROBERTO DE PLÁCIDO E SILVA JUSTUS  
PFL ..... Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO  
PDT ..... Deputado PAULO MAIA  
PTB ..... Deputado ERONDY SILVÉRIO  
PSDB ..... Deputado ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI  
PT ..... Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)  
PL ..... Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO  
PST ..... Deputado GERALDO CARTÁRIO

## REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

**PMDB - 12:** Arlindo Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Dobrandino Gustavo da Silva - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - • Eurides Moura - • José Tavares da Silva Neto - • Oswaldo Trevisan - **Suplentes:** Luiz H. Bona Turra - Nereu Alves de Moura; **PST - 8:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Nelvo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti; **PRN - 04:** Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Luiz Rossoni - Lourenço Fregonese - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; **PFL - 08:** Antônio Costenaro Neto - João Batista de Arruda - Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duffio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nelson Garcia - **Suplentes PFL e PRN:** Júlio Bufon - José da Silva Reis - Voldimir Mirão Mastrovicz; **PDT - 06:** César Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Bellinati - Rafael Valdomiro Greca de Macedo - Algaci Ormário Túlio - Albino Corazza Neto - Paulo Maia de Oliveira - **Suplentes:** Namir A. Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Valderi Mendes Vilela; **PTB - 06:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - João Falavinha Iensen - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada - Aldemir João Manfron; **PSDB - 04:** Antônio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão - Alceu Antonio Swarowski - **Suplentes:** Tadeu Lúcio Machado - José Boiko - Paulino José Delazeri; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Emani Pudell (Licenciado) - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - • Lygia Lumina Pupatto - **Suplentes:** Perides de H. Mello; **PL - 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões - **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha. **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo. - (•) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

LEI Nº 10.117

DATA: 29 de outubro de 1992

SÚMULA: Proíbe a fabricação, a distribuição, a comercialização e a utilização de embalagens descartáveis, no território estadual, tendo como agente expensor o clorofluorcarbono.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do § 7º do artigo 71 da Constituição Estadual, a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica proibida, no território do Estado do Paraná, a fabricação, a distribuição e a utilização de embalagens descartáveis, em cujo processo de fabricação é empregado o clorofluorcarbono - CFC, como agente expensor.

Parágrafo Único - Para o cumprimento do disposto no "caput", são concedidos os seguintes prazos:

I - na data da regulamentação desta Lei: para embalagens de lanches;

II - cento e vinte (120) dias após a regulamentação desta Lei: para as demais embalagens;

III - os fabricantes e/ou distribuidores, no prazo máximo de cento e vinte (120) dias após a regulamentação desta Lei, deverão proceder cadastro junto ao órgão competente do Estado.

Art. 2º - Para o cumprimento do disposto no artigo anterior, as pessoas físicas e jurídicas que fabriquem, distribuam ou comercializem produtos utilizando embalagens descartáveis deverão exigir do fornecedor das mesmas, seja comerciante, distribuidor ou fabricante, documento comprobatório de que as embalagens fornecidas não contêm CFC.

Parágrafo Único - O documento a que se refere este artigo deverá estar disponível, para efeitos de fiscalização, no prazo de cento e vinte (120) dias a contar da regulamentação desta Lei.

Art. 3º - Sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis, o descumprimento do disposto nesta Lei acarretará a aplicação da penalidade de multa no valor de cinquenta (50) até duas mil (2.000) UPF/PR.

Parágrafo Único - O valor da multa será:

I - Graduado de acordo com a capacidade econômico-financeiro do infrator;

II - aplicação em dobro no caso de reincidência.

Art. 4º - O Poder Executivo regulamen-

Curitiba, quarta, em 18.11.92

tará esta Lei, para sua fiel execução, determinando o órgão competente para a fiscalização e o respectivo procedimento.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 29.10.92.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

## 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA

### ATA DA 112ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 18 DE NOVEMBRO DE 1992

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Algaci Túlio, secretariada pelos Senhores Deputados Ademar Traiano e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Elio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (51). Achando-se ausente os seguintes Senhores Deputados: Carlos Simões, Neivo Beraldin e Rafael Greca de Macedo (03).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETARIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETARIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofício:

OFICIO

Sob o nº 1945/92/GAB/SETA, do Senhor DURVAL AMARAL, Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social, em resposta ao PEDIDO DE INFORMAÇÕES, solicitado pelo Senhor Deputado COLOMBINO GRASSANO, referente aos repasses efetuados com recursos oriundos do Serviço de Loterias do Paraná - SERLOPAR (concurso de prognósticos e raspadinha). **Ao conhecimento do Deputado interessado.**

#### Requerimentos:

##### REQUERIMENTO Nº 1818

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA ao Projeto de Lei nº 44/91, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, que dispõe sobre serviço público de transporte coletivo rodoviário intermunicipal de passageiros do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 18.11.92.

(a) MARIO BEZERRA

Apoio: Ovídio Constantino, Lourenço Fregonese, Luiz Carlos Alborghetti, Albino Corazza, Ademar Traiano, José Alves, Nelson Justus, Colombino Grassano, Algaci Túlio, Plauto Miró Guimarães, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Heinz Herwig, Arlindo Troian, Rossoni e Severino Félix.

##### REQUERIMENTO Nº 1816

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a anexação dos Projetos de Lei nºs 172/91 e 373/91 ao Projeto de Lei nº 571/91, conforme artigo 121 do Regimento Interno, por se tratar de proposições análogas.

Sala das Sessões, em 18.11.92.

(a) ERNANI PUDELL

##### REQUERIMENTO Nº 1804

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constante da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 18.11.92.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

##### REQUERIMENTO Nº 1809

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, Líder da Bancada do Partido Democrático Trabalhista - PDT, no uso de suas atribuições regimentais, vem a presença de Vossa Excelência REQUERER que, após ouvido o douto Plenário, se processe a retirada do Projeto de Lei nº 368/91 da Ordem do Dia da Sessão de hoje, e a sua reinclusão na Ordem do Dia da Sessão da próxima segunda-feira, dia 23, tendo em vista a ausência de seu autor - Deputado Rafael Greca de Macedo, que por motivos urgentes e inadiáveis empreendeu viagem à cidade do Rio de Janeiro.

Sala das Sessões, em 18.11.92.

(a) PAULO MAIA

##### REQUERIMENTO Nº 1810

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 144/92, de sua autoria, que declara de Utilidade Pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE", do município de São João do Caiuã, tendo em vista que o projeto de lei similar, aprovado por esta Casa de Leis, foi sancionado pelo Senhor Governador do Estado.

Sala das Sessões, em 18.11.92.

(a) CLEITON KIELSE

##### REQUERIMENTO Nº 1808

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de congratulações para o Doutor PAULO TARONY, Embaixador da Itália no Brasil, por ocasião da visita oficial a Curitiba.

Sala das Sessões, em 18.11.92.

(a) LOURENÇO FREGONESE

#### JUSTIFICATIVA:

O Embaixador veio ao Paraná no sentido de aumentar o relacionamento entre nosso Estado e a Itália.

Com a sua fidalguia, colocou-se à disposição para ampliar os acordos comerciais, e mostrou-se visivelmente interessado ainda no entrelaçamento entre os homens públicos daquele País, e os Senhores Parlamentares do Estado do Paraná.

A atitude do Dr. Paulo Tarony, colocando-se em Brasília à disposição do Paraná, mostram sua sinceridade de propósitos, daí a razão de apresentarmos os votos de congratulações.

##### REQUERIMENTO Nº 1817

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja enviada MOÇÃO DE SOLIDARIEDADE do Poder Legislati-

vo do Estado do Paraná ao jornalista CARLOS ROBERTO TAVARES, Diretor responsável do Jornal "O Estado do Paraná".

Sala das Sessões, em 18.11.92.

(a) ALGACI TOLIO

JUSTIFICATIVA:

"Todo homem tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferências, ter opiniões e de procurar receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras." (Declaração Universal dos Direitos do Homem, ONU, 10/12/1948).

Cessou o tempo em que, no Brasil, a imprensa era castrada pelos interesses de uma minoria fardada que controlava o Estado. Findou a censura. Mas os censores parecem não aquietar-se.

Surgem e ressurgem a todo momento, diante de tudo e de nada. Querem sempre calar e punir aqueles que lhes dizem o que não querem ouvir.

No presente caso, um jornalista de conduta ilibada, vida profissional intocável, exemplar na verdade, é indiciado e pregressado (como um criminoso qualquer) perante a Polícia Federal, única e exclusivamente por ser Diretor responsável de um dos maiores veículos de imprensa do Paraná.

Carlos Roberto Tavares, jornalista de "O Estado do Paraná", figura conceituada na vida paranaense, viu-se envolvido no lamentável fato a partir de uma nota de cinco linhas, publicada naquele jornal, no dia de setembro último, na coluna do "Norte Pioneiro", assinada por Benedito Franceschini.

A nota, que dizia respeito às eleições em Siqueira Campos, era de responsabilidade única e exclusiva do seu autor, Benedito Franceschini que, com base na Constituição, tem todo o direito de escrevê-la, "arcando com as responsabilidades por eventuais abusos".

Mas a leitura da nota despertou a ira de interesses na cidade em questão e essa ira foi despejada de forma inconcebível contra o jornalista Carlos Roberto Tavares. Por iniciativa do Promotor Público de Siqueira Campos, o jornalista foi indiciado em inquérito policial e obrigado a comparecer à Polícia Federal, nesta Capital, para depor como responsável por um crime.

Um profissional do mais alto gabarito, submetido a situação verdadeiramente degradante e sem qualquer cabimento num Estado democrático como o brasileiro.

Subverte-se, no momento, a ordem legal, para indiciar um homem por presumido crime cometido por terceiros - figura completamente esdrúxula na vida jurídica brasileira.

Diante disto, do absurdo que se leva a

efeito, pede-se o pronunciamento da Assembléia Legislativa do Paraná, a senhor representante do Ministério Público no Paraná, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Superintendente da Polícia Federal e ao Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, pedindo exame das responsabilidades pelo lamentável episódio, coibindo os abusos que vitimam o cidadão Carlos Roberto Tavares.

Requer-se ainda, que do presente se dê ciência ao jornalista supramencionado, ao Diretor-Presidente de "O Estado do Paraná" e ao Sindicato dos Jornalistas do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1801

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública e ao Comandante da Polícia Militar, solicitando a implantação do Sistema Integrado de Atendimento à Emergência - SIATE, no Município de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 18.11.92.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Paranaguá é o grande município do litoral paranaense, abrigando uma população de 140.000 habitantes e em época de verão chega a 650.000 habitantes. Os serviços de atendimento de emergência, prestados pelo SIATE, têm se mostrado bastante eficazes, através de suas viaturas equipadas com UTI e pessoal especializado. A vista do que consta do Orçamento/93, a implantação nos municípios de Foz do Iguaçu, Londrina e Maringá, solicitamos também para Paranaguá tal atendimento.

REQUERIMENTO Nº 1802

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Heitor Wallace de Melo e Silva - Digníssimo Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A, solicitando a implantação e instalação de uma agência na Cidade de IGUAUAÇU.

Sala das Sessões, em 18.11.92.

(a) JOÃO PREIS

JUSTIFICATIVA:

A população e a administração municipal de Iguaçu, vive hoje sérios problemas pela falta de uma Casa de Crédito Oficial, tendo que se deslocar para os municípios vizinhos, principalmente quando são creditados valores referentes a subvenções recebidas através dos órgãos oficiais do Governo do Estado, e que normalmente são através do BANESTADO S/A.

Não só a administração municipal sofre

este problema, mas também a população local, que é formada em sua maioria por agricultores, e que também são obrigados a se deslocarem para outras localidades.

Vale lembrar que a safra agrícola será intensificada a partir do início do próximo ano, e os produtores da região aguardam com preocupação a instalação e funcionamento desta Agência, que será de grande valia e virá ao encontro das aspirações dos moradores daquele Município.

#### REQUERIMENTO Nº 1805

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Henrique Lenz Cesar, Digno Corregedor da Justiça do Estado do Paraná, sugerindo-lhe que recomende aos Senhores Oficiais do Registro Civil, que comuniquem aos Cartórios competentes, para fins de averbação nos assentos de nascimentos, os casamentos realizados, a fim de facilitar aos Institutos de Previdência, melhor controle sobre benefícios concedidos aos seus segurados.

Sala das Sessões, em 18.11.92

(a) ALCEU SWAROWSKI

#### JUSTIFICATIVA:

A Diretoria do Instituto de Previdência do Estado vem encontrando dificuldade para controlar os benefícios concedidos aos dependentes de segurados, principalmente no tocante às filhas solteiras e cônjuge ou companheira, quando não há averbação de casamento.

A Lei 6.015, de 31.12.73 (Lei dos Registros Públicos), em seus artigos 107 e 108, determina que a comunicação seja feita de imediato, bem como a averbação no livro próprio.

O Provimento nº 356, de 27.07.84, embora ainda esteja em vigor, ao que se sabe, está sendo reformulado.

A providência sugerida, reforçará a determinação legal, e poderá ser inserida no Provimento que substituir o 356/84.

#### REQUERIMENTO Nº 1806

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de Expediente aos Exmos. Senhores Ministro do Trabalho, Walter Barelli e Delegado Regional do Trabalho, Senhor Carlos Alberto Ramina e Silva, solicitando do Ministério do Trabalho que dote a Delegacia regional de Cascavel de um (01) técnico na área de Segurança do Trabalho (um médico e/ou um engenheiro de segurança do trabalho), para que seja feita a fiscalização permanente das condições de segurança no trabalho na-

quele município e região.

Sala das Sessões, em 18.11.92

(a) ERNANI PUDELL

#### JUSTIFICATIVA:

O problema da segurança do trabalho no Brasil é muito sério, sendo o nosso País um dos campeões mundiais em acidentes de trabalho. A situação da região oeste do Paraná não difere desta realidade, onde as condições de trabalho são subhumanas, sem equipamentos de segurança e com instalações que não oferecem as mínimas condições de trabalho.

Esta situação se perpetua há anos, pois a fiscalização da Delegacia Regional do Trabalho de Cascavel praticamente não existe, sendo feita esporadicamente por técnicos do Ministério do Trabalho de Curitiba.

Baseado no exposto e nas solicitações do Movimento Sindical de Cascavel, solicitamos deste Ministério que inicie novos tempos na direção do respeito e da dignidade dos trabalhadores brasileiros - a indicação técnica de fiscalização de segurança no trabalho na Regional de Cascavel, uma iniciativa que será de grande importância para a classe trabalhadora.

#### REQUERIMENTO Nº 1807

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública e ao Delegado Geral da Polícia Civil, solicitando a implantação de uma Delegacia da Mulher no Município de Guarapuava.

Sala das Sessões, em 18.11.92

(a) CEZAR SILVESTRI

#### JUSTIFICATIVA:

Guarapuava, pólo da Região Centro-Oeste paranaense, conta com aproximadamente 160 mil habitantes, vem crescendo demograficamente a cada ano. A implantação de uma Delegacia da Mulher é uma antiga reivindicação da comunidade, que espera ter o mesmo atendimento que, com sucesso, a Polícia Civil vem prestando a outros municípios, no atendimento especializado aos problemas específicos da mulher.

#### REQUERIMENTO Nº 1813

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Senhor Secretário da Saúde, solicitando a liberação de recursos financeiros do ISEP, Projeto Adequação da Rede Física e dos Equipamentos, para aquisição de ambulâncias para os seguintes Municípios: Irati, Rebouças, São João do Triunfo, Inácio

Martins, Teixeira Soares, Imbituva, Mallet, Prudentópolis, Rio Azul, Laranjeiras do Sul, Quinta do Sol, Farol, Boa Esperança, Corumbataí do Sul, Ubatã e Araruna.

Sala das Sessões, em 18.11.92

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO Nº 1814

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Senhor Secretário da Agricultura e Abastecimento, para que o mesmo libere recursos financeiros do Departamento Operacional e Abastecimento, para viabilização de manejo integrado de solos e águas nos seguintes Municípios: Irati, Rebouças, São João do Triunfo, Inácio Martins, Teixeira Soares, Imbituva, Mallet, Prudentópolis, Rio Azul, Laranjeiras do Sul, Quinta do Sol, Farol, Boa Esperança, Corumbataí do Sul, Ubatã e Araruna.

Sala das Sessões, em 18.11.92

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO Nº 1815

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Senhor Secretário dos Transportes, solicitando a pavimentação asfáltica da estrada que liga o Município de Inácio Martins à localidade de Guarã, Inácio Martins à Guamirim no Município de Irati.

Sala das Sessões, em 18.11.92

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO Nº 1812

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, em conformidade com o artigo 55 e parágrafo único da Constituição Estadual, REQUER da COPEL as seguintes informações, com cópias autenticadas, dos documentos abaixo relacionados que dizem respeito à construção da Usina Hidrelétrica de Segredo:

1. Cópia dos contratos de Construção de Usina Hidrelétrica de Segredo (obra principal e contrato de emergência) com o Consórcio DM-CESBE-SINODA.

2. Cópia de todas os aditivos de contrato de obra de Segredo, assinado com o Consórcio DM-CESBE-SINODA.

3. Normas de medição e pagamentos dos contratos.

4. Especificações técnicas de contrato.

5. Cópia de todos os contratos de assessoria técnica e locação de mão-de-obra assinado pela COPEL, para a execução das

obras de Segredo.

6. Cópia de todas as medições de serviços do Consórcio DM-CESBE-SINODA referente às Obras Cíveis de Segredo, desde o início do contrato até a presente data.

7. Cópia das medições de aluguel dos equipamentos de propriedade da COPEL, fornecidos ao Consórcio DM-CESBE-SINODA.

8. Cópia de todas as medições dos contratos de assessoria e locação de mão-de-obra pagos pela COPEL, na construção da Usina Hidrelétrica de Segredo.

9. Relação de todas as faturas emitidas, data de emissão e data dos pagamentos efetuados pela COPEL para a construção da usina de Segredo.

10. Relação de todos os equipamentos e instalações industriais adquiridos pela COPEL e fornecidos ao Consórcio DM-CESBE-SINODA.

11. Valor e data de aquisição de cada equipamento e instalações industriais adquiridas pela COPEL e fornecidos ao consórcio DM-CESBE-SINODA.

12. Valor das reformas dos equipamentos adquiridos pela COPEL antes da entrega ao Consórcio.

13. Valor da montagem dos equipamentos e instalações pagas pela COPEL a terceiros ou ao próprio Consórcio.

14. Custo do transporte de todos os equipamentos e instalações industriais até o local da obra antes de sua utilização na construção de Segredo.

15. Qual o número de horas trabalhadas de cada equipamento e instalação e qual o valor real de amortização cobrada no aluguel ao Consórcio DM-CESBE-SINODA até a presente data.

16. Qual a taxa de juros paga pela COPEL referente aos investimentos efetuados na aquisição dos equipamentos e instalações novas e usadas e qual o valor real de juros cobrados no aluguel do equipamento ao Consórcio até a presente data.

17. Relação de todas as redes e demais instalações como rede elétrica de alta tensão para o canteiro, rede de água industrial, rede de ar comprimido, rede de água potável para o canteiro e demais instalações do canteiro de obra que foram construídas diretamente pela COPEL e quais os executados pelo Consórcio.

18. Custo das redes e instalações relacionadas anteriormente e quais os valores pagos ao Consórcio e quais os custos absorvidos diretamente pela COPEL.

19. De quem é a responsabilidade de fornecimento de refeições aos funcionários do Consórcio DM-CESBE-SINODA e das empresas de consultoria e das empresas de locação de mão-de-obra?

Se fornecidos pela COPEL, fornecer medição e faturas de cobrança destas refeições.

20. De quem é a responsabilidade de transporte do pessoal da COPEL, do consórcio, dos consultores e dos fornecedores de mão-de-obra entre o acampamento ou vila residencial e canteiro de obras.

21. Como é pago o transporte e de quem é o ônus do pagamento da COPEL ou do Consórcio DM-CESBE-SINODA.

Sala das Sessões, em 18.11.92

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

### Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 351/92  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1º - Fica denominada "Escola Estadual Dr. Ulysses Guimarães", a atual Escola Estadual do Parque Itaipu, subordinada a Secretaria de Estado da Educação, situada no município de Maringá.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.11.92

(a) JOÃO PREIS

#### JUSTIFICATIVA:

A trágica morte do Deputado Ulysses Guimarães deixou a todos profundamente consternados.

O Brasil perdeu um grande homem.

O documento (Ofício 046/92) elaborado por professores, alunos, funcionários e diretores da referida Escola, atesta o desejo de prestar a sua homenagem ao homem que soube engrandecer a política.

Ao propormos que seja dado o seu nome à Escola Estadual do Parque Itaipu, entendemos ser esta a forma singela, mas sincera, deste Poder prestar a sua homenagem ao político que nunca abandonou a luta pela liberdade.

Por tratar-se de assunto de interesse comunitário, colocamos o presente projeto em análise dos nobres Pares desta Casa, solicitando seu apoio e sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 352/92  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Educacional Vigilante Mirim de Paranavaí "Frei Rafael Mainka", com sede e foro no Município de Paranavaí-PR.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.11.92

(a) CLEITON KIELSE

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação Educacional Vigilantes Mirins de Paranavaí "Frei Rafael Mainka", é entidade filantrópica que presta atendimento a adolescentes na faixa etária de 14 a 18 anos, oriundos da camada de baixo poder aquisitivo, atualmente atendendo a 250 adolescentes.

Com o objetivo de prevenir a marginalidade através da capacitação profissional, desenvolveu durante o ano de 1991, até a presente data, atividades sócio educativas, cursos semiprofissionalizantes, como: office-boy, empacotador para supermercados, serviços básicos para supermercados, arquivo, almoxarifado, técnica de atendimento ao público, relações no trabalho (SENAC), serigrafia, horticultura e jardinagem (SENAI).

Como complemento do trabalho oferece alimentação, noções de saúde e higiene, saneamento básico, prevenção no trabalho, ordem unida, reforço escolar, visitas domiciliares e encaminhamento profissional através do "Programa Bom Menino", no qual 118 adolescentes estão inseridos no mercado de trabalho.

A uma Associação que desempenha tão nobres tarefas, nada mais justo que seu reconhecimento como de Utilidade Pública, motivo pelo qual solicitamos a aprovação da medida proposta.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - No Grande Expediente, concedo a palavra ao Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Domingo próximo passado, dia 15 de novembro, os jornais trouxeram a manchete, alguns deles: "Corrupção chega ao Corpo de Bombeiros"; "Bombeiro acusa comando da Polícia Militar de irregularidades"; "Sargento denuncia esquema de corrupção no Corpo de Bombeiros". Sargento Aparecido tornou pública denúncias que ele já tinha feito internamente na corporação já no dia 27 de setembro de 92. Esse Sargento naquela ocasião ao denunciar as irregularidades foi preso na cidade de Maringá e conduzido com escolta até Curitiba como se fosse um grande bandido.

Após fazer estas denúncias no dia 15 esse Sargento se encontra preso no quartel da Polícia Militar aqui na Rua Marechal Floriano. Já em setembro quando fez a denúncia ele foi transferido de Maringá para a cidade de Arapongas e agora aqui preso estivemos ontem em visita a ele, eu, o Deputado Ovídio Constantino e a Dra. Luci, sua advogada. O Sargento já em setembro denunciou irregularidades no Corpo de Bombeiros do Paraná. Denuncia que, por omissão ou por conivência, estão envolvidos os



Coronéis Carlos Roberto Cidade e Miguel Arcanjo Capriotti. Quando ele fez aquela denúncia foi pedido um IPM, nos quais, Inquérito Policial Militar, os próprios acusados de envolvimento na corrupção participavam, ao contrário do que diz o Regulamento da Polícia Militar, que o envolvido, o acusado de denúncia não deve participar de um IPM para apurar se ele próprio é ou não responsável por irregularidades.

O Sargento Aparecido esperou 35 dias para que aquelas denúncias que ele tinha feito fossem apuradas se verdadeiras ou não. E esperou que o Comando Geral da Polícia Militar comunicasse o fato ao Sr. Governador. Isto não ocorreu. O denunciado de corrupção não pode ser o que vai indicar o Oficial para esclarecer os fatos. E foi justamente o que se deu. Se o sargento denunciou os dois coronéis, o Coronel Cidade e o Coronel Capriotti de envolvimento em corrupção, não seriam esses coronéis que teriam que indicar o oficial que ia presidir o IPM. A indicação teria que ser feita pelo Sr. Governador. Ao contrário disso, esses coronéis foram quem, indicaram o corpo que faria o IPM.

Isto é proibido pelo Código de Processo Penal Militar no seu artigo 7º, parágrafos 2º, 3º, 4º e 5º e pelo artigo 10, parágrafo 1º. Com as denúncias de setembro, o IPM instaurado não avançou. O sargento Aparecido foi preso, transferido e conduzido como bandido para Curitiba. Este sargento, (em sua ficha consta somente bons antecedentes por não ter falta nem atraso e por bons serviços prestados, já foi condecorado com medalha de bronze). Em cima do sargento foi uma avalanche de inquéritos, sindicâncias e averiguações, onde todos os oficiais envolvidos em corrupção são os mesmos encarregados de fazer essas sindicâncias e esses inquéritos.

Pela denúncia feita em setembro, o sargento Aparecido passou a receber ameaças dos oficiais Tenente Malzar e Tenente Ferreira, indo inclusive à sua casa para ameaçá-lo, conforme fotografias colocadas nos documentos, nos quais o Tenente Malzar, sem uniforme, dentro de um carro, começou a rondar a sua casa, num Fiat vermelho e para reprimi-lo, abriu um processo por abandono do serviço, no dia 12 de novembro. Há documentos registrados no livro de presença da Corporação do Corpo de Bombeiros, de que o sargento já tinha dobrado o serviço no dia 10 e no dia 11 de novembro, que contraria o Regulamento da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros e no dia 12, ele tinha sido dispensado pelo oficial responsável, pelo dia de serviço. Portanto já estava dobrando 48 horas como repressão por ter feito denúncias. Quais foram, afinal, as denúncias que o sargento

Aparecido tinha feito. Relatarei apenas algumas, não todas, porque são inúmeras e ficaremos aqui vários minutos para fazer todas. "No mês de junho de 1991, na Cidade de Cianorte, no Corpo de Bombeiros, os Comandantes Juceli Simiano Júnior e Tenente Renê Roberto Vitek eram responsáveis pelos recebimentos da verba de alimentação para aquisição de verduras e gêneros alimentícios. Essa verba era utilizada pelo Tenente Simiano, sob a convivência do Major Vitek, para custear despesas particulares como a compra de jóias, a compra de vídeo cassete, a reforma de carro, etc." O denunciante desse fato, Sargento Verri, foi punido, ao contrário do que deveria ser feito. O sargento Verri de denunciante, passou à condição de indiciado, prática comum de acordo com o sargento Aparecido, no Corpo de Bombeiros. O Sargento Verri não suportando a repressão e a perseguição, pediu baixa e hoje passa inclusive por necessidades pessoais. Porém, o Tenente Simiano e o Major Witek, e o Cel. Capriotti continuam em boa situação.

Diz num dos documentos feitos pelo Sargento Aparecido: "... o Sindicante Ten. Ferreira concluiu que havia indícios de crime e solicitava abertura de inquérito policial, e a punição do Sargento Verri que denunciou os fatos, sendo que somente o Sargento sofreu a punição e o Major não publicou nada em Boletim Interno, engavetando a sindicância, e tão pouco encaminhando, via ofício, ao escalão superior, como preceitua o regulamento. E com isto, isentando o Ten. de qualquer responsabilidade, quer disciplinar ou pecuniária.

Para efeito de Tribunal de Contas, pegou-se notas fiscais forjadas, recibos em branco, pois como toda despesa do Estado é isenta de impostos, qualquer empresa fornecia naquela época e que tinha em haver 3 meses de atraso, justamente no mês em que o Ten. Simiano havia embolsado a verba do Estado". E aqui têm documentos, xerox, com as notas fiscais e os recibos em branco.

"No mês de maio de 1992, sob ordens do Comando Geral da Polícia Militar do Paraná e do Corpo de Bombeiros, todos os Quartéis com comando isolados e que possuísem FUNREBOM, deveriam através de notas frias e desvios de materiais "contribuir" com a construção da Associação Beneficente dos Oficiais do Corpo de Bombeiros - ABARCO. Quase todos os Corpos de Bombeiros do Paraná, com maior ou menor "colaboração", contribuíram com a falcatrua.

Pelo 5º GI-Mgá - e posso falar com conhecimento de causa pois estava servindo aqui na época - houve corrupção, da seguinte maneira: tramitou um memorando interno (reservado) via Fax, do escalão superior, o qual determinava a quantidade e discriminava parte da doação que tocava



para cada cidade.

Por exemplo, Cianorte doaria tantos metros cúbicos de areia; Campo Mourão, doaria tantas sacas de cimento, etc. Em Maringá, conforme consta em nota fiscal nº 250 - série B-1, de T. Carneiro, expedida em 14.05.92 e nota fiscal nº 21.744, série B-1, de FEMAR - Ferragens Maringá Ltda, expedida em 15.05.92 (vide o anexo 4), foram comprados materiais de carpintaria e de pedreiro, bem como ferragens, sendo que estes materiais ficaram "esfriando" no Quartel de Maringá. Em julho passou por Maringá um caminhão Wolskswagem 14140, do Corpo de Bombeiros de Campo Mourão, ainda com carroçaria, tendo como motorista o Soldado Celso Luiz - vulgo Biju - o qual na calada da noite carregou os materiais de construção e rumaram para o Litoral paranaense, mais propriamente para o Balneário de Betaras, na Praia de Matinhos.

Porém, não podemos nos esquecer de que antes esse caminhão passou por Cianorte, Campo Mourão, Umuarama e Paranavaí, executando a mesma política: surrubar materiais de construção, pagos pelas empresas daquela Cidade, destinados ao Balneário de Betaras, para construção de 12 apartamentos para os oficiais do Corpo de Bombeiros passarem férias com seus familiares.

Por Cianorte, a corrupção foi colocada em prática pelo Tenente Alberto Enêquio de Souza. Por Campo Mourão, pelo 1º Tenente Paulo Antêrio Mansano. Por Umuarama, pelo 1º Tenente Geraldo Domaneski. E, por Paranavaí, pelo Capitão Jurandir André.

Esta é mais uma das denúncias feitas pelo Sargento Aparecido.

Outra denúncia: a verba de diárias destinadas pelo Estado, visando cobrir despesas junto ao pessoal da 5ª GI, quando estiverem de serviço de busca e salvamento ou qualquer outra missão fora do âmbito da cidade, onde o PM estiver servindo...

Senhor Presidente, estou usando o horário destinado ao Grande Expediente.

Tipo alimentação e pousada deste pessoal, só que quando chega este dinheiro, não dá para quem quer. É uma mão-de-obra. O Major Vitek sempre fica com a maior fatia. Manda publicar no Boletim Interno do 5º GI toda espécie de deslocamento para subunidades, sob seu comando, tais como visita de inspeções para poder justificar o saque do dinheiro. Só que os relatórios de prestação de contas são reservados.

Nós poderíamos ficar aqui enumerando várias denúncias de irregularidades que o Sargento Aparecido faz. Como aqui, diz ele: temos na obra, em Betaras, um caminhão branco, Puma, sem placa. E temos informações que foi doado por uma Secretária. Qual seria? Há também um jipe Niva, de Matinhos, que não sai da obra. Há ainda

um terceiro veículo, um Volks, particular, de cor vermelha, que se faz passar por veículo oficial, por causa da cor, e tem seu tanque constantemente abastecido às custas do Estado.

São várias as irregularidades denunciadas pelo Sargento Aparecido. Há uma delas que diz que o major Vitek mandou prender o Sargento Antônio Eduardo Pereira porque o Sargento não conseguiu acabar os móveis da residência do Major. E, para isso, utilizava verbas do Município de Maringá, a marcenaria do Município. E o Sargento trabalhava no horário de serviço.

Estas denúncias foram trazidas a público, pelo Sargento Aparecido, hoje lotado na Cidade de Maringá. Todas elas acompanhadas de documentos, fotografias, notas fiscais, recibos em branco. E foram feitas em setembro deste ano.

O Comando da Polícia Militar, na figura de Capriotti, o seu Comandante, indica oficiais que foram denunciados para presidirem o IPM, quando deveria indicar uma pessoa isenta.

Após fazer estas denúncias, no dia 15, o Sargento Aparecido encontra-se preso por uma prisão administrativa, por desrespeito à hierarquia da Polícia Militar. Portanto, deveria estar em cela aberta. A cela na qual ele se encontra é com grade e cadeado, no quartel da Polícia Militar. Ele não é nenhum marginal e nenhum bandido. Portanto, a truculência da Polícia Militar tem-se feito em cima desse sargento. E é muito interessante uma frase do seu documento que diz o seguinte: "recentemente vimos nos jornais frases ditas pelo atual Governador do Estado Roberto Requião onde atribuíam-nos incompetência e que estávamos a esconder-nos sob a saia de nossas mulheres", além do que, nos gabinetes e nos comandos ele tinha visto muitas mordomias.

Tudo isso ocorreu em meados do corrente ano quando o Governador foi inquirido por jornalistas sobre a situação salarial da polícia militar. O nosso Governador na época esqueceu-se de mais um adjetivo: corrupção institucionalizada. E o que acontece hoje dentro da polícia militar. Não podemos afirmar que seja genérico nem em relação à incompetência, nem em relação à corrupção, porém ambas acompanham no âmbito da polícia militar. Se fosse genérico não haveria razão da mesma existir. Logo a própria sociedade a repudiaria.

Como não é genérico a incompetência nem a corrupção, nós do Partido dos Trabalhadores passamos a colher assinaturas para constituir uma Comissão Parlamentar de Inquérito, uma CPI para identificar se há corrupção conforme denúncia do tenente; quem são os reais corruptos e os reais responsáveis por esta corrupção.

É inadmissível que um oficial que te-

nha um salário em torno de 5 milhões movi-  
mente na sua conta bancária mais de 13 mi-  
lhões por mês de acordo com anexos coloca-  
dos nesse documento.

E inadmissível que oficiais solicitem  
em nome da polícia militar carros para o  
uso do Corpo de Bombeiros. Solicitem aos  
prefeitos do interior. E esses prefeitos  
fazendo a doação, o carro passe a ser usa-  
do em causa própria, como é o caso do ofi-  
cial lotado na cidade de Maringá.

Tudo isso documentado, não só nos ane-  
xos que nos foram passados, mas, inclusi-  
ve, em fitas de vídeo e fitas cassete gra-  
vadas e escondidas, segundo o sargento em  
locais seguros, porque senão poderá ainda  
ser roubado porque ele teve a sua casa  
ameaçada de invasão por parte dos seus  
oficiais e, teve também ameaçada a sua vi-  
da.

Concedo o aparte ao Deputado Ovídio  
Constantino.

**O Sr. Ovídio Constantino** - Eu quero me so-  
mar ao pronunciamento de V.Exa. até  
porque juntamente estivemos ontem no quar-  
tel da polícia militar onde acompanhado da  
advogada do sargento preso nós tivemos  
acesso ao processo que está correndo.

O que é de lamentar são os fatos acon-  
tecidos e comprovados pela documentação  
que está em poder da advogada e que está  
no processo e nós percebemos o ato que es-  
tá sendo feito. Talvez por nós estarmos de  
fora, a tramitação interna da polícia mi-  
litar no que diz respeito a processo, mas  
o que está se fazendo é uma grande injus-  
tiça ou um ato incorreto.

Quando um soldado denuncia casos verí-  
dicos que nós tivemos acesso ao processo,  
como recibos em branco assinados por sol-  
dados que os oficiais depois preencheriam  
ao seu bel prazer para preencher valores.  
Quando nós tivemos acesso a extratos ban-  
cários de policiais que tinham na época  
salários de três milhões e seiscentos mil  
cruzeiros com movimentação de depósitos de  
doze milhões na conta desse soldado. Nota-  
-se, claramente se percebe notas forçadas  
com valores e com quantidades de produtos  
comprados. Três notas com todas as quan-  
tias iguais, com números de seqüência sem  
condições daquele material ter sido consu-  
mido naquele período. Desvio de recursos,  
como o Sgto. Aparecido denuncia, carros  
oficiais com placas frias e sendo usados  
por soldados que são subordinados aos que  
tramaram a corrupção, para fins particula-  
res. Denúncias que estarem a quem tem  
acesso a estas informações, via documenta-  
ção.

O que me preocupou foi o que ouvimos  
na conversa de um alto oficial, também as-  
sessor do Comandante Geral da Polícia Mi-  
litar, de que o que o Sargento está fazen-

do são denúncias que deverão ser apuradas  
mas que ele cometeu um erro no encaminha-  
mento do processo. Na avaliação do Sgto.  
punido não havia outro caminho a não ser  
jogar para o público, para a imprensa por-  
que todos os caminhos legais ele já havia  
feito pelos meios legais de hierarquia,  
dentro da Polícia Militar, e ali a cada  
momento em que chegavam, as denúncias eram  
engavetadas e não eram passadas para fren-  
te, porque ele, subordinado, teria que,  
hierarquicamente entregar a sua denúncia  
ao próprio corruptor, e justamente, lógico  
que este corruptor iria engavetar o pro-  
cesso e não mandar para a alçada superior.  
O que nos deixa preocupados é que, ao in-  
vês de se instaurar inquérito para averi-  
guar as denúncias que o Sgto. Aparecido  
faz, é feito sobre ele um inquérito disci-  
plinar, porque ele fez a denúncia!

Então o inverso está acontecendo. Se  
quisermos a verdade, neste fato, indepen-  
dente da tramitação, do que tem que  
transcorrer internamente dentro da hierar-  
quia da Polícia Militar, o que se deveria  
fazer era abrir inquérito para apurar as  
denúncias feitas, e aí então se o Sgto.  
estiver mentindo, aí sim, puni-lo prendê-  
-lo, fazer o que a lei manda, a lei civil  
ou a própria lei militar manda. Mas, pren-  
der o Sgto. Aparecido, a sete chaves, como  
nós tivemos oportunidade de perceber, on-  
tem, e dizer que foi aberto inquérito ad-  
ministrativo contra ele, é inadmissível.

Eu quero aproveitar esta oportunidade,  
Doutor Rosinha, Senhores Deputados, de  
público, como fiz ontem, Presidente, ao  
Sgto. Aparecido, parabenizá-lo aqui nesta  
Casa, publicamente, pela sua atitude de  
coragem, pois mesmo correndo todos os ris-  
cos que ele um oficial da Polícia Militar  
sabe que corre, ele se propôs a correr es-  
te risco, e fez isto com as provas que es-  
tão no processo, nas fitas gravadas, para-  
benizá-lo pela sua coragem de levantar es-  
ta corrupção que sem dúvida nenhuma será  
levantada e temos que purificar a corrup-  
ção na Polícia Militar do Estado do Para-  
ná.

Muito obrigado.

**O SR. DOUTOR ROSINHA** - Senhor Presidente,  
Senhores Deputados.

Quem tem acesso à documentação ou a  
uma conversa com o Sargento, rapidamente  
vê que o Sargento tem muita convicção do  
que fala. Nós não vamos dar todo o crédito  
a ele, ouvindo um lado só, por isso é que  
nós achamos de suma importância este Par-  
lamento tomar uma posição no sentido de  
constituir uma Comissão Parlamentar de In-  
quérito para averiguar se estas denúncias  
são verdadeiras ou não. A convicção dele é  
certeira mas nós temos que ouvir os dois  
lados.

Agora, no momento em que se fala de passar este País a limpo, cabe também a esta Assembléia Legislativa passar a limpo se há ou não corrupção na Polícia Militar do Paraná.

Os documentos, nós temos cópias de alguns, os originais estão todos em poder dele que diz que guardou para não ser roubado. Mas a gente nota, a gente vê a movimentação de dinheiro, é muito dinheiro na conta de um oficial sendo às vezes duas, três ou quatro vezes acima do que aquilo que ele percebe de salário. Concedo o Aparte ao Deputado Bona Turra.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Lamento, mas o seu tempo está esgotado.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Senhor Presidente, eu me inscrevi no Grande Expediente, fiz uso da palavra durante quinze minutos e agora estou com quatorze minutos praticamente, ainda falta um minuto, e requisito já o Horário de Liderança do PT.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Por um minuto nós não vamos brigar.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Nós não vamos brigar, e requisito o Horário de Liderança do PT.

O Sr. Luiz Henrique Bona Turra- Deputado Florisvaldo Fier, Vossa Excelência traz aqui denúncias que reputo as mais graves, as mais sérias, e que são com certeza ensejadoras da instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito no sentido da apuração mais ampla, e de se assegurar inclusive o contraditório nesse procedimento.

Lendo a proposta orçamentária do Governo no âmbito das obras públicas para a Polícia Militar, e cotejando isso com o relatório gerencial de obras, produzido pelo Departamento Estadual de Construção, Obras e Manutenção, eu observei que se a política na guerra for a política que se tem na paz, na Polícia Militar a situação realmente é muito grave, Senhor Presidente.

Os desacertos na elaboração e formulação da proposta orçamentária setorial da Polícia Militar desconhecia inúmeros prédios que hoje se encontram paralisados, poderia citar aqui alguns: Guarapuava, 16º Batalhão da Polícia Militar, que não constava da proposta orçamentária, Loanda. De modo que entre todas as denúncias, uma me chamou a atenção, que são as construções de paróquias patrocinadas por alguns agentes da Polícia Militar no campo, que são construções feitas à revelia do Departamento de Obras do Estado e diretamente pela Polícia Militar, em desconsideração à

Legislação existente, e são obras que se iniciam e nunca terminam; de modo que ao final, muitas vezes se tem um complexo de obras, construções de casas, construções de dependências que nada tem a ver com as edificações propriamente da Polícia Militar. A proposição então seria inclusive de nós podermos ter um objeto mais amplo possível, e tenho certeza que aqui falo pela minha Bancada, pela Bancada do PMDB, falo também pelo esforço que faz o Governador Roberto Requião no sentido de sanear, de subordinar a Polícia Militar ao comando democrático ungido pelas urnas populares, porque se nós tivemos um comando o ano passado, há mais de um ano, de que a vigilância das escolas se processasse pelos agentes da Polícia Militar e, com surpresa que apenas na semana passada vi o anúncio da concretização de uma determinação de Governo que inclusive causou exasperação do Governador do Estado, ainda recentemente, quando depois de oito meses da determinação para que a vigilância nas escolas se processassem pelos agentes da Polícia Militar, descobriu-se que não havia vigilância nas escolas. De modo que corrupção, eu entendo, não é apenas um ato menor de lesar e de meter a mão no dinheiro do povo. A elaboração incorreta de uma proposta orçamentária é também um forma de lesar o interesse público. O início de obras, em desconsideração às estruturas organizacionais existentes no Estado é também uma forma de corrupção, de modo que sem entrar no mérito das denúncias feitas pelo Sargento Aparecido, acho que é hora de esta Casa, Senhor Presidente e Senhores Deputados, nos debruçarmos sobre a questão do aparato da Polícia Militar no Estado do Paraná. Nós precisamos detidamente investigar o funcionamento da Polícia Militar no sentido de aproximá-la dos interesses populares e democráticos e, no sentido de inclusive, porque os procedimentos de compra, eu dizia dos procedimentos de obra, os procedimentos de compra deveriam ser processados pelo Departamento Estadual de Administração de Materiais, que é o DEAM, que é a entidade especializada para promover as compras, não só na Polícia Militar, mas no âmbito da administração direta e indireta do Estado. E eu tinha depoimento outro dia Senhor Presidente, do diretor recentemente nomeado no Departamento Estadual de Administração de Materiais, que como uma das suas primeiras medidas estabeleceu a demarcação, isto é, uma simbologia própria para os pneus na Polícia Militar e de toda a administração direta e indireta do Estado, e houve uma enorme reação justamente na Polícia Militar, que não queria ter a marcação dos pneus, isto é, não queria ter o registro próprio de que os pneus constituíam propriedade do Esta-

do.

De modo que acho que podemos a partir desta denúncia específica, investigar o funcionamento da Polícia Militar, investigar o funcionamento dos procedimentos de compra e de obras públicas, de como se faz os adiantamentos, as diárias, a questão das paralisações das obras, obras iniciadas e não concluídas, para que pudéssemos apresentar, no mais rápido espaço de tempo possível, à sociedade paranaense, ao Governo do Paraná e à própria Polícia Militar, que tem entre os seus comandantes, os seus agentes, gente que deseja equacionar e reinstitucionalizar a Polícia Militar no novo sentido da democratização do País.

Parabenizo Vossa Excelência e quero dizer que em meu nome e, tenho certeza, em nome dos meus companheiros do PMDB, vamos nos agregar a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, no sentido de produzir o melhor trabalho no interesse da sociedade e do próprio Governo do Estado do Paraná.

O SR. DOUTOR ROSINHA -Agradeço a intervenção de Vossa Excelência. São dois assuntos que o Senhor tocou e que o Sargento também aborda, pelo menos abordou na conversa com a gente ontem, a questão das diárias, onde os soldados são obrigados a assinar o recibo de diária, o recibo em branco, se ele trabalhou cinco dias, ele recebe só cinco, só que vem o recibo preenchido com dez, onze diárias e a diferença para o oficial que obrigou o soldado a assinar aquela diária e a outra questão que Vossa Excelência abordou e que é colocada aqui, é a compra de materiais de construção para fazer puxado, ou fazer churrasqueiras nos locais de comando, e que a compra é feita na loja da esquina sem levantamento de preço, sem nada.

O Sargento também coloca esta questão em seu documento e que Vossa Excelência vem confirmar que isto tem ocorrido.

Achamos que é necessária esta Comissão para apurar se é verdade ou não. Se for verdade, que os responsáveis sejam punidos.

**O Sr. Ovídio Constantino:** Vossa Excelência permite um aparte?  
(Assentimento).

O sargento confirma e garante que tem provas de que o material de construção desviado foi comprado, permaneceu por dois meses escondido nos quartéis da Região e depois, na calada da noite, de madrugada, passa um caminhão recolhendo este material para levar para lugar ignorado e que depois descobriu e filmou onde estava sendo usado.

Mas só queria complementar dizendo que disciplina não se pode confundir com ter-

rorismo intimidatório, como se está fazendo com o Sargento por denunciar. O Sargento tem um ótimo comportamento, tanto é que ele está graduado na Polícia Militar, não tem nenhuma punição por indisciplina, se apresentou espontaneamente após ter denunciado à imprensa, fez convicto que estava fazendo erro, ia ser preso, apresentou-se antes de ser preso, tinha disciplina exemplar, conhece a realidade, por isto se apresentou, conhece as leis e a tramitação da Polícia Militar e agora é colocado numa cela com grade, com cadeado, a sete chaves, incomunicável. É um terrorismo o que está se fazendo para intimidá-lo.

Como já feito, segundo denúncia dele próprio, com outro soldado que denunciou outras corrupções e que foi punido, achincalhado, até que obrigou, obrigou-se a pedir dispensa e se retirar da Polícia Militar e que está arrolado também neste inquérito.

Era isto, muito obrigado.

O DR. ROSINHA - Agradeço a atenção dos Senhores Deputados.  
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Consulto a Liderança do PFL se fará uso do seu horário.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASILIO ZANUSSO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, assisti hoje um programa informativo do Canal 12, a informação e a notícia de que a Secretaria da Saúde através da sua regional de Maringá, após visitar várias cidades da sua região estava, ou esteve, ontem, na Cidade de Astorga, visitando e inspecionando os abatedouros municipais, ou públicos, e também os particulares, é uma campanha que vem sendo feita pela regional de saúde de Maringá já há alguns dias em várias cidades, em vários municípios, cuja campanha o Paraná tem notícia. Sem dúvida alguma esta ação, a presença da saúde, a fiscalização das instalações sanitárias, nos matadouros municipais, nos abatedouros cuja preocupação para melhor qualidade de carne consumida na região é sem dúvida alguma salutar, tanto assim que na Cidade de Astorga houve uma reunião com funcionários da saúde da regional de Maringá com o Prefeito atual, Prefeito eleito, Vereadores, promotor de justiça, e autoridades, além de pessoas do povo. Esta é a forma correta de a Saúde visitar os municípios, fiscalizar as instalações, melhorar os equipamentos, essa é competência, sem dúvida, elogiável da Saúde. Agora, diferente do que acontece em Astorga, os mesmos funcionários estiveram na Cidade de Mandaguáçu, Presidente

Castelo Branco e outras, interditando matadouros do município, juntamente com os órgãos de imprensa, especialmente canais de televisão, jornais de grande circulação, interditando, fechando, sem qualquer aviso prévio, sem qualquer comunicação prévia, antecedendo a visita nesta fiscalização. Repito, necessária, mas não desta forma truculenta, e chegando nos municípios sem que seus Prefeitos tenham sido comunicados e advertidos e deles solicitado providências para que as instalações desses abatedouros fossem melhoradas e adequadas às exigências legais, fizeram ao contrário, alardes, campanha demagógica, expondo prefeitos que cumpriram quatro anos de mandato com galhardia, dedicação, com dignidade, a exemplo de Presidente Castelo Branco, Mandaguaçu e outras.

Senhor Presidente, se me permite eu falo no horário do PL. (Assentimento).

Desta forma, Senhor Presidente, no final de mandato, depois de quatro anos, faltando um mês para os Prefeitos entregarem suas Prefeituras porque agora, na véspera da transmissão de seus cargos, com televisão, com rádio, com jornais, expondo os Prefeitos a deixar-lhes público, há constrangimentos.

Tenho certeza, Senhor Presidente, Senhores Deputados que esta ação não deve ser, a prática dela, não deve ser do conhecimento do Senhor Secretário da Saúde, pessoa que todos nós respeitamos, estimamos, admiramos, com todas as qualidades que é portador.

Mas esta ação, que não é a primeira da região de Maringá porque, há alguns meses, usando da mesma prática, a regional de Maringá esteve na Cidade de Nova Esperança onde interditou na primeira visita, sem que lá fossem esses funcionários para advertir os proprietários dos hospitais para melhorarem as suas instalações que, sem dúvida, são das piores, cujos hospitais estavam caindo, abandonados, mas esses proprietários estavam lá há trinta anos. Naqueles hospitais nasceram centenas de crianças e salvaram-se milhares de vidas.

E tinha lá, dentre os dez hospitais, um que era de um ex-Prefeito - Dr. Severino Ramos Bezerra, então candidato de um partido que não era o meu, PTB, candidato a candidato - e vendo o seu hospital e pessoas de sua família sendo expostas ao ridículo na televisão, teve que retirar a sua candidatura, tal foi a sua repercussão.

E, agora, quando vejo hoje, não faria este rápido pronunciamento se não tivesse assistido hoje, pela televisão, ao exemplo que deu e que deram os mesmos funcionários reunindo as autoridades de Astorga para procurarem solução em Astorga, e lá encontraram, não da forma violenta, demagógica

como se agiu antes em Nova Esperança e, posteriormente, em Mandaguaçu, Presidente Castelo Branco e outras cidades.

Encerrando, Senhor Presidente, para dizer que é uma oportunidade para a Secretaria da Saúde, além de fiscalizar, estar presente nos hospitais nos abatedouros. É preciso que ajude também os municípios a melhorarem os equipamentos hospitalares e as instalações sanitárias dos abatedouros para que o povo do Paraná, especialmente da região de Maringá, possa ter carne fiscalizada e adequadamente dirigida à sua população.

E ainda mais, concluindo. Se querem os funcionários da saúde de Maringá fiscalizar abatedouros, não é necessário viajar muito longe, já que a imprensa do Paraná diz que mais de 70% das carnes consumidas em Maringá não recebem a devida inspeção sanitária.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PRN. (Declina).

PST. (Declina).

PMDB. (Declina).

PSDB. (Declina).

Com a palavra o Deputado Algaci Túlio no horário do PDT.

O SR. ALGACI TOLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

"Todo homem tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferências, ter opiniões e de procurar receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras." (Declaração Universal dos Direitos do Homem, ONU, 10.12.1948).

Cessou o tempo em que, no Brasil, a imprensa era castrada pelos interesses de uma minoria fardada que controlava o Estado. Findou a censura. Mas os censores parecem não aquietar-se.

Surgem e ressurgem a todo momento, diante de tudo e de nada. Querem sempre calar e punir aqueles que lhes dizem o que não querem ouvir.

No presente caso, um jornalista de conduta ilibada, vida profissional intocável, exemplar na verdade, é indiciado e processado (como um criminoso qualquer) perante a Polícia Federal, única e exclusivamente por ser diretor responsável por um dos maiores veículos de imprensa do Paraná.

Carlos Roberto Tavares, jornalista de O Estado do Paraná, figura conceituada na vida paranaense, viu-se envolvido no lamentável fato a partir de uma nota de cinco linhas, publicada naquele jornal, no dia 10 de setembro último, na coluna do

Norte Pioneiro, assinada por Benedito Franceschini.

A nota, que dizia respeito às eleições em Siqueira Campos, era de responsabilidade única e exclusiva do seu autor, Benedito Franceschini, que com base na Constituição, tem todo o direito de escrevê-la, "arcando com as responsabilidades por eventuais abusos".

Mas a leitura da nota despertou a ira de interesses na cidade em questão e essa ira foi despejada de forma inconcebível contra o jornalista Carlos Roberto Tavares. Por iniciativa do promotor público de Siqueira Campos, o jornalista foi indiciado em inquérito policial e obrigado a comparecer à polícia Federal, nesta Capital, para depor como responsável por um crime.

Um profissional do mais alto gabarito, submetido a situação verdadeiramente degradante e sem qualquer cabimento num Estado Democrático como o brasileiro.

Subverte-se, no momento, a ordem legal, para indiciar um homem por presumido crime cometido por terceiros - figura completamente esdrúxula na vida jurídica brasileira.

Diante disto, do absurdo que se leva a efeito, pede-se o pronunciamento da Assembleia Legislativa do Paraná, ao senhor representante do ministério público no Paraná, ao presidente do Tribunal de Justiça, ao Superintendente da Polícia Federal e ao Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, pedindo exame das responsabilidades pelo lamentável episódio, coibindo os abusos que vitimam o cidadão Carlos Roberto Tavares.

Eu requeiro ainda que o teor do presente seja dado ciência a todas estas autoridades.

O Jurista e Professor de Direito Penal da Universidade Federal do Paraná, Renê Ariel Dotti também já manifestou a sua solidariedade ao Jornalista Carlos Roberto Tavares.

Dotti diz que o processo envolvendo o jornalista pretende comprometer a liberdade de informação, esteja certo porém de uma verdade, o processo criminal nem sempre é o instrumento de apuração de crime, ao longo da história ele tem se revelado também como meio de distinguir a coragem da covardia, a esperança da anomalia e a virtude do vício.

Venho também a tribuna, para enfocar o que disse agora há pouco o Deputado Florisvaldo Fier. Nós já no sábado passado, em nosso programa de rádio, tínhamos recebido toda essa documentação, com relação a denúncia feita pelo Sargento José Aparecido Luiz da Silva.

Os fatos que ocorrem hoje no seio da nossa gloriosa Polícia Militar, poderiam não estar acontecendo, tivesse Sua Exce-

lência o Governador do Estado do Paraná, em primeiro lugar respeitada a hierarquia dentro da Polícia Militar, isto lamentavelmente não ocorreu, nós aqui desta mesma tribuna, por várias ocasiões chamávamos a atenção da bancada do Governo nesta Casa, do erro que estava se cometendo, pela não respeitabilidade da hierarquia da Polícia Militar, quando se nomeava um coronel passando por cima de outro no comando da Polícia Militar, quando se nomeava um coronel como comandante do Corpo de Bombeiros, passando por cima de outro que tinha o direito já adquirido e portanto era o primeiro da fila.

Lamentavelmente por interesses outros, nomearam-se pessoas que hoje colocam a nossa gloriosa Polícia Militar numa situações vexatórias.

A CPI é procedente e tem o nosso apoio, já preparava um pedido de informações. Eu acho que o primeiro a ser convocado para depor nessa CPI deverá ser S.Exa. o Governador do Estado do Paraná. Que venha aqui e diga por que é que não respeitou a hierarquia dentro da Polícia Militar. Há um total descontentamento no seio da Polícia Militar. Não na esfera apenas dos Oficiais, mas enfim de toda a corporação pelos desmandos que lá estão acontecendo ao ponto de chegar a esta denúncia. Não muito atrás, há um ano e pouco, um outro Oficial foi preso no Quartel aqui do Corpo de Bombeiros quando se insurgia, quando era indicado o Capriotti, quando era indicado o Coronel Cidade ao comando da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, respectivamente. Aqui veio e aqui ficou preso. Agora mais esta denúncia, lembrando que há uns três meses atrás, Deputado Rosinha, Ovídio Constantino, que abordaram o fato, um outro policial da Polícia Militar chegou ao cúmulo, ao desespero, em consequência dos péssimos salários e do tratamento que recebia na Polícia Militar, de ameaçar de morte o Comandante da Polícia Militar. São fatos lamentáveis que envolvem essa centenária e gloriosa corporação da qual somos um dos seus defensores.

Por isso venho a esta tribuna para também manifestar a minha solidariedade, a solidariedade do meu Partido, o PDT, pela sua Bancada nesta Casa, pela situação que hoje enfrenta o Sargento Aparecido. E a certeza que essa CPI levada a efeito por esta Casa vai trazer à tona inúmeras irregularidades que estão ocorrendo hoje dentro da nossa Polícia Militar.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Encerrado o horário do Expediente, passamos à

ORDEM DO DIA



com a presença de 51 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. Necessita de apoioamento.- **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado João Preis, constante do expediente. Necessita de apoioamento.- **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

**REDAÇÃO FINAL** - do Projeto de Lei nº 066/92, o Estado do Paraná penalizará os estabelecimentos comerciais, industriais, empregadores rurais, entidades, representações, associações ou sociedades civis que restringem o direito da mulher ao emprego urbano ou rural. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 18, de 19.03.92.).

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Decreto Legislativo nº 007/92 de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova o convênio de ratificação e retificação de ato de igual natureza, que criou o CODESUL e o BRDE. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., APRECIAR NESTE TURNO A EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 007/92

P A R E C E R:

Autor: Comissão de Constituição e Justiça.

O projeto de decreto legislativo em exame, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que visa aprovar o convênio de ratificação e retificação de ato de igual natureza, que criou o Codesul e o BRDE.

A matéria mereceu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, sendo posteriormente encaminhada à apreciação do duto Plenário.

Quando em 2ª discussão, foi apresentada emenda substitutiva geral, de autoria do Deputado Plauto Mirô Guimarães e outros.

O presente projeto de decreto legislativo retorna a esta Comissão para exame da emenda apresentada que pretende adequar a redação do art. 1º, ao referido convênio.

Analisando a emenda, verifica-se que a mesma não fere qualquer dispositivo constitucional legal ou regimental, motivo pelo qual opinamos pela sua procedência.

Paracer favorável, pela aprovação.

Sala das Comissões, em 17.11.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

EMILIA BELINATI - Relatora

**Emenda Substitutiva, já aprovada em 2ª discussão.**

**Projeto - Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 025/91, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que altera o Memorial Descritivo contido no artigo 2º da Lei nº 9.236, de 30 de abril de 1990. (MUNICÍPIO DE TUNAS). Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.

Sobre o referido projeto, emenda aditiva de plenário, de autoria dos Senhores Deputados Ovídio Constantino, Cleiton Kielse, Eurides Moura, Severino Félix e Elio Rusch, nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 01  
PROJETO DE LEI Nº 025/91

Artigo Único - O projeto de lei em tela passa a contar com artigo, com a redação que segue:

"Art. . O município de Tunas, criado pela Lei nº 9.236, de 30 de abril de 1990, passa a denominar-se "Tunas do Paraná".

Sala das Sessões, em 18.11.92.

(aa) OVIDIO CONSTANTINO, CLEITON KIELSE, EURIDES MOURA, SEVERINO FELIX e ELIO RUSCH.

Em votação.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não há necessidade de retornar à Comissão. Os Senhores Deputados que aprovam conservem-se como estão. APROVADA.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO (Pela Ordem) - V.Exa. votou a emenda. Colocou em votação a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - V.Exa. tem razão. Em votação o projeto.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Eu quero encaminhar o projeto, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - E, a Emenda já foi votada. Os Senhores Deputados que aprovam, conservem-se como estão. APROVADO.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Senhor Presidente, eu solicitei encaminhamento do Projeto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encaminhamento para votar, para falar?

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Para encaminhar a votação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - V.Exa. está com a palavra.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO (Para Encaminhar)



- Apesar de V.Exa. já ter anunciado a votação, mas eu quero fazer o encaminhamento e o esclarecimento. Na sessão de ontem, nós solicitamos alguns esclarecimentos ao Deputado Heinz que presidia a sessão sobre alguns dados que nos deixavam dúvidas quanto a este projeto e eu quero esclarecer ao Plenário que nós fomos esclarecidos hoje, mas quero deixar aqui a nossa preocupação com referência à Mesa. O projeto publicado na ordem do dia na primeira votação que foi na sessão do dia 17, ontem, portanto, e também anteontem, estava publicado a alteração do memorial descritivo, não se publicou na ordem do dia nenhuma justificativa da alteração do projeto e nós encaminhamos contrário e ontem, inclusive, colocamos aqui, argumentamos, a inconstitucionalidade do projeto pelo fato de que se um projeto está sendo alterado as suas divisas sem cumprir os dispositivos constitucionais que obrigam a realização de consulta popular na área a ser desmembrada, alterada ou fundida em outros municípios, seria inconstitucional. Nós questionamos isso. Não foi possível esse esclarecimento e até anteriormente à sessão, nós, estudando o projeto, procuramos a referida Lei nº 9.236, de 30-04-90, que foi a lei que criou o município de Tunas. Não encontramos a lei na Casa. Procuramos no Diário Oficial. A informação da Assessoria da Casa - diz que os Diários Oficiais do ano de 90 estão para encadernação já há mais de um ano, fora da Assembléia, em algum local e não tivemos acesso. Portanto, hoje nós procuramos no Diário Oficial para analisar realmente a lei e também tivemos a informação da Assessoria do PMDB, e ontem o Deputado Pessuti solicitou para que se votasse ontem o projeto e hoje se esclarecesse, e também do próprio prefeito Ademar Cordeiro, prefeito eleito da cidade de Tunas, que passa a ser agora Tunas do Paraná, a presença aqui, pela preocupação de ontem quando nós levantamos o problema na discussão desse projeto. Penso, Senhor Presidente, que poderia ter sido esclarecido ontem e não necessitaríamos levantar dúvidas, se tivesse sido publicada a lei na ordem do dia e a justificativa, dizendo que o projeto está, como fomos informados agora pelo prefeito, apresentando aqui um mapa, que é apenas uma correção da redação do projeto que nada altera as divisas reais do território do município e Tunas, mas sim apenas uma correção, o que poderia ter sido rapidamente esclarecido se tivesse a justificativa publicada na ordem do dia no primeiro dia em que o projeto foi publicado na Casa.

Nós levantamos outra dúvida sobre o nome do município, porque na publicação da ordem do dia, a informação vinda da Diretoria de Pesquisas, à Assembléia Legisla-

tiva, era do topônimo correlato ao de Tunas, em outra unidade da Federação, o que fez com que a emenda apresentada hoje, do Deputado Kielse viesse corrigir.

Eu gostaria de trazer esse esclarecimento e dizer que poderia ter sido mais claro se a Mesa tivesse publicado na ordem do dia os esclarecimentos necessários para que os Deputados pudessem analisar e votar o projeto aqui na sessão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o projeto.

Aprovado.

O projeto irá a 3ª discussão.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 571/91, de autoria do Deputado JOSE AFONSO JÚNIOR, que estabelece critérios e normas para a execução da Política Habitacional do Estado do Paraná e autoriza o Poder Executivo a criar e dotar de recursos orçamentários o FPHP - FUNDO PARANAENSE DE HABITAÇÃO POPULAR. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C..

Sobre o referido projeto, emenda substitutiva geral de Plenário, de autoria dos Senhores Deputados Ernani Pudell, Doutor Rosinha e Ovídio Constantino, devidamente apoiada nos seguintes termos:

#### EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO, DE Nº 01, PROJETO DE LEI Nº 571/91.

O projeto de Lei em epígrafe passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º - Fica criado o Fundo Estadual de Moradia Popular, destinado a financiar a construção de habitações de interesse social, segundo diretrizes desta lei, para atendimento à população de baixa renda.

Parágrafo Único - Para efeitos desta lei, considera-se habitações de interesse social aquelas destinadas à camada da população moradora em condições precárias de habitabilidade, como áreas de risco, favelas, habitações coletivas, cuja renda não ultrapassa a 10(dez) vezes o salário-mínimo vigente no País.

Art. 2º - Os programas habitacionais de que trata esta lei são entendidos como:

I - Construção de moradias urbanas e rurais;

II - Execução de lotes urbanizados já dotados de infra-estrutura;

III - Urbanização de favelas;

IV - Intervenção em cortiços ou habitações coletivas;

V - Aquisição de materiais de construção, reformas e recuperação de unidades;

VI - Aquisição de imóveis para locação social ou sob forma de comodato;

VII - Construção ou reforma de equipamentos comunitários vinculados projetos habitacionais;

VIII - Regularização fundiária;

IX - Habitação rural;

Art. 3º - Constituirão recursos do FEMP:

I - Dotação orçamentária do Estado;

II - Recursos captados de entidades financeiras do Sistema Financeiro de Habitação, do Fundo de Desenvolvimento Social e congêneres;

III - Contribuições, doações e convênios de financiamento de organismos internacionais de cooperação;

IV - Prestações e retornos decorrentes de empréstimos, financiamentos, convênios e outros contratos, conforme política, financeira de subsídios do Fundo Estadual de Moradia Popular;

V - Contribuições e doações de pessoas jurídicas de direito público e privado;

VI - Rendas provenientes da aplicação de seus recursos;

VII - Parcela correspondente à 10% (dez por cento) do montante dos recursos advindos dos royalties;

VIII - Quaisquer outras rendas eventuais;

§ 1º - Os recursos previstos neste artigo respeitarão, para sua aplicação, normas e princípios estabelecidos nesta Lei e, da política habitacional, definida pela Secretaria Estadual de Política Habitacional em conjunto com o Conselho Estadual de Moradia Popular;

§ 2º - A execução da política habitacional do Estado será realizada pela Companhia de Habitação do Paraná-COHAPAR, integrada à da União e a dos Municípios, mediante formalização de contratos ou convênios entre a COHAPAR e os órgãos competentes daquela e desses.

§ 3º - Os recursos de que trata este artigo serão direcionados a projetos que tenham como agentes promotores as organizações comunitárias, associações de moradores, associações de pequenos produtores rurais, cooperativas habitacionais vinculadas a sindicatos de trabalhadores, Prefeituras e à COHAPAR, devidamente cadastrados, quando for o caso, no Conselho Estadual de Moradia Popular, conforme seus critérios.

Art. 4º - Fica instituído o Conselho Estadual de Moradia Popular - CEMP - órgão superior, consultivo e fiscalizador, que terá como membros:

I - O Secretário Especial de Política Habitacional do Estado do Paraná, na condição de seu Presidente nato e permanente;

II - 05 (cinco) representantes do movimento popular, escolhidos num fórum específico convocado por suas entidades, num prazo de 30 dias a partir da publicação desta lei;

III - 02 (dois) representantes das Centrais Sindicais de Trabalhadores esco-

lhidos num fórum específico e convocado por suas entidades;

VI - 02 (dois) representantes do Governo Estadual na área de habitação;

V - 01 (hum) representante da Associação Paranaense de Municípios;

VI - 01 (hum) representante do Ministério Público Estadual;

§. 1º - Os membros do CEMP e seus respectivos suplentes serão nomeados após indicação de seus fóruns, quando for o caso, pelo Governador do Estado, tendo mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos, de imediato, uma única vez.

Art. 5º - Compete ao Conselho Estadual de Moradia Popular:

I - Acompanhar, avaliar e discutir previamente os programas elaborados e implantados pelo Governo Estadual na área de habitação;

II - Acompanhar e fiscalizar a gestão econômica e financeira dos recursos, bem como do resultado e desempenho das aplicações realizadas;

III - Acompanhar e avaliar o desenvolvimento dos empreendimentos realizados e em andamento, cabendo-lhe inclusive, propor ao órgão competente a suspensão do fluxo de recursos caso constadas irregularidades ou o não cumprimento das normas e princípios estabelecidos nesta lei;

IV - Analisar e propor a aprovação ou não dos projetos habitacionais dos agentes promotores;

V - Elaborar o seu regimento interno;

Art. 6º - Cabe ainda ao CEMP, em conjunto com a Secretaria Especial de Política Habitacional e a COHAPAR:

I - Fixar critérios objetivos para distribuição dos recursos para os municípios e sua aplicação;

II - Fixar normas e valores de remuneração dos diversos agentes envolvidos, na aplicação dos recursos;

III - Determinar a política de subsídios, critérios para retorno de parcela dos investimentos e estabelecer as condições para repasse de recursos e financiamentos, não contemplados por esta lei;

IV - Fixar critérios para admissão de agentes promotores e candidatos a financiamento;

V - Divulgar amplamente os projetos e recursos do FEMP;

VI - Fixar os parâmetros e condições para garantir a qualidade mínima da moradia e do padrão construtivo;

VII - Aprovar a planilha de custos para a construção de unidades ou conjuntos habitacionais, fixando o valor máximo a ser pago aos agentes promotores conforme a peculiaridade de cada programa ou região atendida;

§ 1º - O CEMP poderá constituir equipe de assessoramento técnico, bem como requi-

sitar funcionários da administração estadual para a consecução de seus objetivos.

§ 2º - Para o cumprimento das funções do CEMP, caberá à SEPH e a COHAPAR manter permanente acesso a todas as informações e documentação necessária à análise de todos os programas e projetos a qualquer integrante do citado Conselho.

Art. 7º - Na aplicação dos recursos do FEMP serão observadas as faixas de renda dos candidatos, conforme os seguintes critérios:

I - 70% (setenta por cento), no mínimo, dos recursos serão atribuídos aos candidatos com renda até 05 (cinco) salários-mínimos;

II - Os recursos remanescentes serão atribuídos aos candidatos com renda de 05 (cinco) até 10 (dez) vezes o salário mínimo vigente no País.

Art. 8º - A política de subsídios de que trata o inciso III do art. 6º desta lei, deve adotar critérios que possibilitem:

I - Assegurar que os investimentos realizados tenham retorno para o FEMP;

II - A proporcionalidade entre a renda e o subsídio;

III - O subsídio seja concedido à família;

IV - A diminuição dos custos finais das obras e dos encargos financeiros de taxas, emolumentos, seguros e outros custos agregados ao valor dos financiamentos e repassados às prestações do mutuário.

Parágrafo Único - Os atuais mutuários da COHAPAR e os beneficiários desta lei poderão, em caso de desemprego involuntário ou de comprovação de não possuir renda mínima para a sua subsistência, requerer a suspensão do pagamento das prestações por um prazo máximo de 6 (seis) meses, a cada período de 36 (trinta e seis) meses ficando as parcelas suspensas automaticamente transferidas para o saldo devedor.

Art. 9º - Na aplicação dos recursos desta lei serão priorizados, dentre outros critérios a serem definidos pelo CEMP, os seguintes:

I - Projetos que compatibilizem na redução final dos custos dos imóveis, a diversidade dos projetos arquitetônicos, do melhor padrão construtivo, da maior área construída, do atendimento às necessidades individuais das famílias, a proximidade com o centro urbano e a existência ou fornecimento pelos municípios da infra-estrutura básica e serviços essenciais.

II - Aos municípios que constituam Conselhos e Fundos próprios de moradias populares, em execução direta ou através de COHAB's, (companhias municipais de habitação) que forneçam contrapartida aos recursos fornecidos pelo FEMP e viabilizem programas e projetos habitacionais em conso-

nância com as diretrizes do CEMP;

III - Aos municípios que apresentem maior proporção de déficit habitacional e maior custo médio de mercado de imóveis.

Art. 10º - As moradias financiadas por esta lei deverão atender a padrão construtivo mínimo estabelecido pelo CEMP, com metragem útil de, no mínimo 44 metros quadrados, com terreno de, no mínimo, 200 metros quadrados, sendo com testada mínima de 10 metros.

Art. 11º - Serão beneficiadas e atendidas as famílias que ainda não tenham sido contempladas com financiamento habitacional e, para tanto, deverá ser realizado e mantido pela COHAPAR, cadastro de controle, que incluirá todas as pessoas que tiverem acesso como beneficiárias dos programas de habitação popular, sendo que do referido cadastro serão expedidas certidões nominando, positiva ou negativamente se o pretendente já foi beneficiado. O cadastro em tela será mantido com base em relatórios e informações mensais a serem obrigatoriamente enviados à COHAPAR pelas COHAB's (Cooperativas Habitacionais) e agentes financeiros sediados no Estado.

§ 1º - constitui-se obrigatoriamente para todos os órgãos e empresas voltadas para habitação popular, a exigência da certidão negativa a que se refere o caput deste artigo.

§ 2º - As COHAB's ou Cooperativas Habitacionais que deixem de atender à obrigação de dotar o cadastro da COHAPAR dos nomes dos beneficiários terão suspensos os recursos para a realização de novos empreendimentos, a partir da constatação do ato omissivo, podendo voltar a concedê-los tão logo satisfaça a obrigação não cumprida.

§ 3º - As empresas loteadoras, loteadores autônomos, construtoras e incorporadoras que pretendem atender à população de baixa renda deste estado, deverão realizar prévio cadastro na COHAPAR, informando os lotes produzidos e infra-estrutura disponível e unidades habitacionais implantadas, com todas as informações necessárias e solicitadas, diante do que receberão certidão comprobatória que autoriza a aprovação do loteamento e averbação do mesmo junto ao cartório de registro de imóveis competente.

Art. 12º - Como suporte para atender a demanda habitacional, a COHAPAR poderá gerir poupança para aquisição de unidades habitacionais e oferecer consórcio para o mesmo fim.

Art. 13º - O CEMP deverá ser instalado no prazo de 45 dias a contar da data da publicação desta lei.

Art. 14º - Fica autorizado o poder Executivo, no prazo de 60 dias, a contar da publicação desta Lei, a dotar de recursos orçamentários o FUNDO ESTADUAL DE MO-

RADIA POPULAR, o qual será administrado e gerido pela COHAPAR.

Art. 15º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.11.92.

(aa) ERNANI PUDELL

DOUTOR ROSINHA

OVIDIO CONSTANTINO

Apoio: Luiz Carlos Alborghetti, Paulo Maia e Albino Corazza.

### Encerrada a Discussão.

O Projeto retorna à Comissão competente.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Senhor Presidente, há também um requerimento de anexação de outros dois projetos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Na hora da apreciação dos requerimentos nós vamos submeter à votação. E requerimento de juntada.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 022/92, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que dispõe sobre a criação do selo-símbolo para reciclagem de vidro, plástico e latas e dá outras providências, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.E.M.A e C.A.I.C. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 239/92, de autoria do Deputado Eurides Moura, que autoriza o Poder Executivo a implantar a Central de Ambulância nos polos regionais. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.S.P. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 246/92, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 344/92, que cria o quadro próprio dos Serventuários da Justiça do Estado do Paraná e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.

Sobre o referido projeto, emenda de Plenário, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

### PROJETO DE LEI Nº 246/92

#### EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 01

Artigo Único - Inclua-se, no Projeto de Lei nº 246/92, um artigo com a seguinte redação:

"O Art. 18, da Lei nº 4.975, de 02 de dezembro de 1964, passa a vigor com a seguinte redação:

Art. 18 - A receita para o pagamento das pensões dos serventuários da Justiça será a proveniente da contribuição obriga-

tório de 8% (oito por cento) sobre os valores referentes à Tabela "B", acrescidos, para efeito de cálculo, das vantagens concedidas a qualquer título, relativamente à mesma categoria, classe e tempo de serviço dos serventuários definidos como contribuintes da C.P.S.J."

Sala das Sessões, em 18.11.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoio: Hermas Brandão, Antônio Annibelli, Luiz Carlos Alborghetti, Algaci Túlio e Ademar Traiano.

### O Projeto retorna à Comissão Competente e consulta ao Tribunal de Justiça.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 344/92, de autoria do Poder Executivo-Mensagem nº 100/92, que aprova um crédito suplementar no valor de CR\$ 1.313.120.000,00 (um milhão, trezentos e três milhões, cento e vinte mil cruzeiros), ao vigente orçamento da Assembléia Legislativa. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Executiva.

#### Há esclarecimentos da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tem a palavra o Deputado Ovídio Constantino, vigilante constante das manobras da Assembléia, alega que há uma discrepância entre a Mensagem Governamental e o Projeto. Realmente há. O projeto está certo e a justificativa está errada. Tanto a justificativa do Governador do Estado quanto a justificativa da Assembléia.

O Projeto "visa cancelar a aquisição de imóveis e suplementa recursos para outros serviços. Ou seja, pagamento de luz, telefone, água, xerox, pagamento do pessoal de estágio". Tudo dentro das verbas da Assembléia.

Está esclarecido?

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Senhor Presidente, a verba do código 3132, de outros serviços, é esse esclarecimento que Vossa Excelência está dando. Na padronização das rubricas orçamentárias de despesas, este código diz o seguinte: "Prestação de serviços por pessoas físicas ou jurídicas para os órgãos públicos por força de contrato, ainda que puramente verbal ou de adesão assim como outros encargos assumidos para o bom desempenho da administração". Essa suplementação real dos anexos do projeto.

O que Vossa Excelência esclareceu é que a justificativa do Governador tanto quanto a da Assembléia estão em posições contrárias. O esclarecimento que Vossa Excelência nos traz é desta questão nestes serviços que serão suplementados. E aí entra, nesta prestação de serviços, pessoas físicas ou jurídicas, entraria...

Eu tenho dúvida se entraria aí energia

elétrica e outros?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não só energia elétrica, mas telefone também entra, xerox.

Não há dúvida nenhuma, Deputado!  
Está esclarecido?

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Mas é necessário que haja uma melhor vigilância, penso, das Comissões Técnicas da Casa para que o Projeto não venha para o Plenário desta forma que nos deixa com dúvidas.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência está confundindo alhos com bugalhos. O projeto é uma coisa e a justificativa é outra, totalmente errada, e nós confessamos aqui.

O Governador mandou uma Mensagem com a justificativa errada e a Assembléia também errou.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Justamente! Mas nós temos que analisar os projetos...  
(vozes acumuladas).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Claro! Eu acho que Vossa Excelência está com razão, está cumprindo com a sua obrigação constitucional.

O Projeto está em votação.

Os Senhores Deputados que o aprovam, conservem-se como estão.

Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 368/91, de autoria do Deputado Rafael Greca de Macedo, que institui o Plano Diretor Rodoviário do Estado do Paraná - RODOPAR, e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. (Publ. no DA. nº 103, de 30.06.91).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI Nº 368/91

P A R E C E R:

O Projeto de Lei em tela, de autoria do nobre Senhor Deputado Rafael Greca de Macedo, tem por objetivo instituir o Plano Diretor Rodoviário do Estado do Paraná - RODOPAR, na forma que especifica.

Procedida à análise constitucional, legal e regimental da proposição em exame, nada encontramos que possa obstar a normal tramitação processual legislativa, estando a matéria em condições de merecer a apreciação do douto Plenário desta Casa de Leis.

Sendo assim, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu PARECER FAVORÁVEL, opinando pela Aprovação do presente projeto de lei.

E o parecer.

Curitiba, quarta, em 18.11.92

Sala das Comissões, em 15.10.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente  
NELSON JUSTUS - Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

##### PROJETO DE LEI Nº 368/91

P A R E C E R:

AUTOR: Deputado Rafael Greca de Macedo  
SOMULA: Institui o Plano Diretor Rodoviário do Estado do Paraná - RODOPAR, e dá outras providências.

Colheu PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, o presente Plano de Lei.

No âmbito desta Comissão de Finanças, converteu-se o mesmo em diligência, para que opinasse a Secretaria dos Transportes, através de seus órgãos técnicos.

Tramitando em regime de urgência, nesta Casa de Leis, a matéria, entendemos que, o estuário natural para a discussão completa da mesma seja o Plenário da Assembléia Legislativa, somos de PARECER FAVORÁVEL à APROVAÇÃO.

E o parecer. S.M.J.

Sala das Comissões, em 20.05.92.

(aa) ALCEU SWAROWSKI  
Presidente e Relator

#### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS

##### PROJETO DE LEI Nº 368/91

P A R E C E R:

AUTOR: Deputado Rafael Greca de Macedo.

DO OBJETO - Trata o presente projeto de lei da Instituição do Plano Diretor Rodoviário do Estado do Paraná - RODOPAR, que visa em linhas gerais, atender as necessidades de transporte e melhoria dos eixos de escoamento da produção do Estado. Sua execução está estimada para o decorrer dos próximos 25 anos, com prioridades a serem definidas pelo Poder Executivo, e com recursos correndo por conta das dotações orçamentárias, próprias das leis de meios, correspondentes ao período de execução prevista.

DA ANÁLISE - Analisando-se especificamente as peças que compõem o presente projeto de lei, verifica-se que o mesmo está constituído estruturalmente de 28 grandes rotas com respectivas ramificações e regiões de abrangência.

Vê-se nitidamente que a estrutura proposta, como um todo, procura inter-relacionar de uma forma lógica todas as grandes áreas do Estado economicamente importantes, e outras ainda em desenvolvimento, culminando com vários acessos aos Estados e Países limítrofes, bem como ao Porto de Paranaguá.

DO PARECER: Evidentemente uma análise profunda do Projeto, face sua inerente complexidade técnica, exigir estudos de viabilidade econômica embasados em volumes de tráfego, de produção, densidades populacionais e etc.

Recomendamos, portanto, a devida análise por parte da área técnica da Secretaria de Estado dos Transportes, a qual está oficialmente capacitada para este tipo de estudo.

Ressaltamos, outrossim, a profundidade do trabalho elaborado pelo Doutor Eurico Dacheux de Macedo, notável conhecedor dos caminhos do Estado do Paraná, bem como da oportunidade deste Projeto de Lei apresentado pelo Deputado Rafael Greca de Macedo.

Finalmente registramos que nada encontramos de forma que possa obstar a tramitação normal legislativa do presente Projeto de Lei.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 10.06.92.

(aa) CEZAR SILVESTRI - Presidente  
HEINZ HERWIG - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Maia, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 368/91, e reincluído na Ordem do Dia da sessão da próxima segunda-feira, dia 23 do corrente mês, em virtude da ausência do autor.

**Aprovado.**

O SR. OVIDIO CONSTANTINO (Pela Ordem) -

Sr. Presidente, com referência a este projeto, o parecer da Comissão de uma das Comissões, na página 48 da ordem do dia de hoje, o parecer da Comissão de Obras Públicas sugere, recomenda o seguinte: "Recomendamos, portanto, a devida análise por parte da área técnica da Secretaria de Estado dos Transportes, a qual está oficialmente capacitada para este tipo de estudo". É uma sugestão da Comissão de Obras no seu parecer a este projeto. E esta sugestão ou esta análise da Secretaria não consta.

Então nós solicitamos que, ao voltar o projeto, se não foi feito esta consulta a este parecer solicitado que seja feito e que venha em anexo, para que nós possamos analisar com base no Parecer de um órgão competente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Projeto está em Regime de Urgência. O adiamento já foi concedido por dez Sessões, mas a Assembléia aprovou por mais uma Sessão.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 033/92, de autoria do Deputado ADEMAR LUIZ

TRAIANO, que institui no âmbito da Administração Pública a Certidão Negativa de Violação aos Direitos do Consumidor sob a sigla CNVDC, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.A.I.C. (Publ. no D.A. nº 11 de 09.03.92).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 033/92

PARECER:

Devidamente analisado, constatamos que o presente projeto de lei não fere quaisquer dispositivos de ordem legal, constitucional ou regimental, e que por isso está em condições de ser submetido à soberana decisão do Plenário, e, nesse sentido, opinamos favoravelmente a sua Aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 25.03.92.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente  
RAFAEL GRECA DE MACEDO - Relator

#### COMISSÃO DE AGRICULTURA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PROJETO DE LEI Nº 033/92

PARECER:

De autoria do nobre Deputado ADEMAR LUIZ TRAIANO, chega a esta Comissão de Agricultura, o Projeto de Lei em epígrafe que objetiva instituir no âmbito da Administração Pública e Certidão Negativa de Violação aos Direitos do Consumidor, sob a sigla CNVDC, conforme especifica.

Já tendo sido analisado pela CCJ, onde recebeu Parecer Favorável, nada temos a opor quanto a sua tramitação.

Por estas razões, opinamos favoravelmente a sua aprovação em Plenário.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 29.04.92.

(aa) SEVERINO FELIX - Presidente  
COSTENARO NETO - Relator

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA (Para Encaminhar) - Em consulta feita pela Liderança do PMDB ao órgão próprio da Secretaria da Justiça, o PROCON, que cuida da defesa e dos interesses do consumidor, há uma proposta que deverá ser objeto de emenda que faremos amanhã, em segunda discussão, que basicamente consiste em dois itens.

Inobstante a alteração de transformação das funções em autarquias, a ausência de regulamentação faz com que as autarquias transformadas ainda se entendam como fundações públicas. Como também que pudéssemos ter, no artigo 2º, a previsão de regulamentação, mediante portaria da Secretaria do Estado da Justiça e da Cidadania, do certificado que se pretende criar.

Dada a complexidade que vai ser adi-

cionada aos procedimentos de licitação e aos trâmites próprios que terão que ser criados, no interior do PROCON, se entende também deverá haver uma regulamentação própria pela Secretaria do Estado da Justiça e da Cidadania, objetivando dar consistência a este novo certificado que se institui como prova de habilitação nos procedimentos de licitação.

Ambas as questões serão objeto de emenda própria, na 2.ª discussão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o Projeto.  
**Aprovado.**

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 063/92, de autoria do Deputado JOÃO ARRUDA, que autoriza o pagamento diferenciado de água, esgoto e energia elétrica por parte dos Aposentados e Pensionistas. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 17, de 18.03.92).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI Nº 063/92

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado João Arruda, chega a esta Comissão o Projeto de Lei em epígrafe que autoriza o pagamento diferenciado de água, esgoto e energia elétrica por parte dos Aposentados e Pensionistas.

O Projeto está elaborado conforme as disposições contidas no Regimento Interno desta Casa de Leis, estando devidamente justificado.

No que se refere ao aspecto legal nada há que obste a aprovação do mesmo.

Por estes motivos, opino **favoravelmente** a tramitação do presente.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 01.04.92.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente  
PLAUTO MIRO GUIMARÃES - Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

##### PROJETO DE LEI Nº 063/92

P A R E C E R:

O Projeto de Lei nº 063/92, de autoria do Deputado João Arruda, pugna pela autorização de pagamento diferenciado de água, esgoto e energia elétrica aos aposentados e pensionistas.

É de se destacar a iniciativa do nobre Parlamentar, visto o grande alcance social da matéria, nada havendo, sob os aspectos da competência da Comissão de Finanças, que obste à normal tramitação do presente Projeto de Lei, sendo favorável à sua **Aprovação.**

S.M.J., é o parecer.

Sala das Comissões, em 10.06.92.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente  
PAULO MAIA - Relator

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 274/92, de autoria do Deputado JOÃO IENSEN, que dispõe sobre a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva da rede hospitalar pública estadual e particular. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.S.P. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 140 de 13.10.92.)

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI Nº 274/92

P A R E C E R:

Ao recepcionar o Projeto de Lei nº 274/92, de autoria do Nobre Deputado João Iensen, oriundo da Comissão de Constituição e Justiça, o qual versa sobre a prestação de assistência religiosa nas entidades Civis e Militares de integração coletiva da Rede Hospitalar Pública Estadual e Particular, cumpre-se assentar, que a presente proposição de Lei, não encontra obstáculos do ponto de vista legal, pelo contrário, há um grande respaldo em nossa Carta Constitucional.

Neste sentido, o nosso Parecer é **Favorável** pela sua **Aprovação.**

Sala das Comissões, em 27.10.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente  
TOTI COLAÇO - Relator

#### COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

##### PROJETO DE LEI Nº 274/92

P A R E C E R:

De autoria do nobre parlamentar Deputado João Iensen, o Projeto de Lei em tela versa sobre a prestação de assistência religiosa nas entidades Civis e Militares de integração coletiva da rede hospitalar pública estadual e particular.

Tendo recebido da douta Comissão de Constituição e Justiça parecer favorável quanto à constitucionalidade da iniciativa, veio o Projeto à alçada desta Comissão, para que a mesma opine a respeito.

Procedida a análise material do assunto, nada encontramos que viesse a obstar a tramitação regimental da matéria. Por tratar-se de louvável prestação de assistência espiritual, respeitada a vontade do paciente, esta relatoria dá seu **PARECER FAVORÁVEL** ao Projeto de Lei nº 274/92, com seu subsequente envio à **Aprovação plenária.**

Sala das Comissões, em 12.11.92.

(aa) LUIZ ANTONIO SETTI - Presidente  
EDSON SILVA LINO - Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a



Mesa, Requerimento nº 1804, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1810, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1816, de autoria do Senhor Deputado Ernani Pudell, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1812, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1801 e 1808, de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1802, de autoria do Senhor Deputado João Preis, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1805, de autoria do Senhor Deputado Alceu Swarowski, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1806, de autoria do Senhor Deputado Ernani Pudell, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1807, de autoria do Senhor Deputado Cezar Silvestri, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos nº 1813, 1814 e 1815, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1817, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1793, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. LOURENÇO FREGONESE (Para Encaminhar)  
- Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ontem o Deputado Geraldo Cartário apresentou um requerimento de congratulações ao Presidente Itamar Franco em relação à resistência do Presidente da República em dar aumento aos preços dos combustíveis.

Eu gostaria de dizer aqui que é um fato que não desagrada aos Deputados, nem aos revendedores. Mas, é uma manobra, que não sei se os mineiros fazem assim, mas é mais uma enganação à Nação Brasileira.

Em breve teremos um tarifação e a população sofrerá as consequências mais próxi-

mo ao final do ano.

A gasolina é necessária, mas não é prioritária. E nós estamos vendo que o Presidente da República Itamar Franco, que não decide nada, sempre empurra com a barriga para a frente, e, eu escutei muito bem ontem, o Deputado Bona Turra quando dizia que o Presidente tem que ir à televisão e dizer à Nação a que veio, eu gostaria de me aprofundar na questão desse requerimento.

No Brasil de hoje são 23.500 postos revendedores. São pequenos e médios empresários genuinamente nacionais. E graças a uma política deteriorada do Governo Federal, os postos de gasolina do Brasil, estão passando a maior crise da história nacional. Nos últimos 22 meses as companhias de petróleo distribuidoras tiveram a sua margem de lucro reajustadas em 8.009%, enquanto o revendedor que seria o distribuidor de renda e o que emprega, que recolhe tributo, o que paga impostos, receberam 4.869%.

Os preços médio ao consumidor foram reajustados em 5.862%, enquanto a PETROBRAS Petróleo, a que produz, teve os preços reajustados em 5.145%. O que está acontecendo no Brasil é que estão fortalecendo o oligopólio privado como consequência de uma falsa modernidade. Com isso todos os Governos estão subsidiando o oligopólio da distribuição num estranho processo de distribuição de renda às avessas. Os postos de combustíveis do Paraná e do Brasil, e no Paraná são 2.150 que empregam diretamente 145 mil pessoas e indiretamente 232 mil pessoas são totalmente contrários aos aumentos de combustíveis porque cada vez que aumenta o combustível todos esses pequenos empresários e médios empresários precisam de maior capital de giro para poder gerir o seu negócio.

São contra as altas sucessivas como nós também somos contra. Mas são favoráveis a uma melhor margem de revenda aonde poderiam ter uma melhor margem de participação através de seus funcionários. Porque hoje um salário mínimo está em torno de 600.000 cruzeiros, e um salário mínimo de frentista de um posto de gasolina está perto de 1.400.000 cruzeiros. A margem de lucro de um posto é na gasolina 325 cruzeiros e 280 no diesel, por litro.

O governo tem anunciado a alta da energia elétrica, telefone, postagem e outros serviços públicos que são impossíveis de estocagem. Uma pergunta aos Senhores Deputados: o que acontecerá quando o Governo anunciar, com antecedência, a alta dos combustíveis? Levará milhares de usuários aos postos de gasolina, tornando insolvente o setor e colocando em risco toda a população porque já aconteceu do pessoal, quando anunciada a alta, fazer esto-

cagem do combustível em lugar não apropriado e tendo como consequência incêndios e até mortes.

O que nós estamos pleiteando aqui, não somos contra o requerimento do Deputado Geraldo Cartário, mas o Governo do Brasil, através do Presidente Itamar Franco, está enganando, mais uma vez a população brasileira. O Governo não define nada, está escondendo as altas de energia, de telefonia, de postagem, está mandando ao Congresso Nacional uma reforma tributária que nada mais é do que o aumento de imposto puro e aí vem aos jornais, a televisão dizer que está segurando o preço da gasolina. Nós queremos que, num Brasil que estamos vivendo, de recessão violenta, de desemprego em massa, que o Governo não atrapalhe mais uma vez, os setores que estão contribuindo com emprego, neste País.

Por isso eu peço Senhores Deputados que votem contrariamente ao requerimento do Deputado Cartário. Eu sei, Deputado, que o Senhor não teve esta intenção, mas o problema é o seguinte: são um milhão de pessoas dependendo, diretamente deste emprego. E nós, a cada dia que passa vemos os postos de gasolina fechando, em todo País. Só este mês, no Estado do Paraná, só de uma companhia, 14 postos de gasolina foram fechados, por isso não somos contrários ao requerimento do Deputado Cartário mas somos contrário a esta falsa política que está fazendo o Presidente Itamar Franco, enganando, mais uma vez, a população brasileira.

Muito obrigado.

O SR. GERALDO CARTARIO (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Atentamente ouvimos as palavras do Deputado Fregonese. Quanto a preocupação com o desemprego que o ilustre Deputado manifestou, pela antecedência da informação que o combustível passará a ter um aumento no preço e que só 24 horas após poderá ser cobrado na bomba de gasolina, jamais poderá haver desemprego por este motivo! Com respeito à preocupação dos proprietários dos postos de gasolina, é um absurdo, Deputado aqui em Curitiba, nos últimos 2 anos, o que apareceu de posto de gasolina em todas as esquinas e avenidas! Existem hoje, sendo implantados postos e mais postos de gasolina! Se quando houvesse o aumento de gasolina também fosse aumentado o salário dos nossos trabalhadores não haveria preocupação nenhuma.

Mas o salário congelado e simplesmente pelo desgoverno, pela desonestidade, pela corrupção que se implantou na PETROBRAS toda a população do Brasil paga este alto custo! Porque é sabido que, psicologicamente, quando se aumenta a gasolina, no outro dia os comerciantes já começam a re-

marcar os preços. A gasolina é um fator da inflação que nós estamos vivendo neste País, esta é a verdade! Porque os ambiciosos, aqueles que tomam conhecimento do aumento do combustível na mesma hora procuram aumentar! E nós sabemos disso. E não é só a PETROBRAS, quando o Presidente da República pede uma auditoria nas contas, da PETROBRAS nós temos que acreditar nessa auditoria, porque caso contrário se não fosse através de auditorias, se não fosse através de CPI, nós teríamos esse Presidente que está afastado por corrupção, chamado Fernando Collor.

Por isso é que nós temos que ser sempre a favor de auditorias, e também de CPIs, para levantarmos e sabermos a verdade. E logicamente que a PETROBRAS está fornecendo aos seus fornecedores, não é a falta do aumento do combustível que está fechando os postos de gasolina, todos eles estão recebendo o produto.

Mas a preocupação dos grandes proprietários de postos de gasolina, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é que na sua maioria, pela ganância, eles foram no banco, fizeram um empréstimo para sete dias para esperar o aumento, e hoje eles estão renovando papagaios, estão renovando, pagando; e inclusive, agora se vier esse aumento os postos de gasolina que forem ao banco fazer o empréstimo vão ter prejuízo, e não ganham como milhões e milhões vem ganhando na exploração do aumento do preço do combustível.

Por essa razão, esperando uma auditoria honesta da PETROBRAS, para que a população saiba realmente aonde se encontra a PETROBRAS, qual o custo que leva a aumentar o preço, porque realmente a PETROBRAS é um petróleo que é comprado em dólar e a culpa da subida do dólar é do Banco Central, é do Governo dessa República; não é da população que consome o petróleo.

Então, eu acho que não só a PETROBRAS deve ter uma auditoria, como a ELETROBRAS, e todas as companhias mistas e autarquias, não só do Governo Federal, como do Governo do Estado, porque aumentar o preço da energia da COPEL, aumentar da SANEPAR e aumentar de outras é muito fácil, enquanto o salário do trabalhador fica congelado.

Por isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o meu apelo é um incentivo para que comece de uma vez por todas a se moralizar aquilo que o povo paga com muito sacrifício, não só o combustível, mas outros produtos, como o bujão de gás e etc. Por isso, é que nós fazemos o apelo que esse requerimento seja um incentivo para que o Presidente Itamar Franco não faça só auditoria na PETROBRAS, mas em tantas e tantas outras companhias que são necessárias. Obrigado.

O SR. LOURENÇO FREGONESE (Pela Ordem) -

Nós gostaríamos de dizer que não somos contra a auditoria, somos contra a demagogia. E eu gostaria também de dizer ao Deputado Cartário que se o senhor for por Curitiba e o senhor verificar, 60% dos postos de gasolina, são postos das seis companhias de petróleo, são postos pertencentes às companhias de petróleo, aonde quem aluga paga 45% do que vende para poder sobreviver. O Senhor é um excelente Deputado Geraldo Cartário, mas o senhor mostrou aqui, hoje, interesse com o Governo, mas desconhece totalmente o setor de combustível no Paraná e no Brasil, Nós gostaríamos de dizer o seguinte: que quando um posto de gasolina, é taxado pelo imposto de renda, ele tem que declarar as suas altas como lucro.

E eu digo aos senhores: os senhores todos são empresários, são profissionais liberais, quando o senhor começa um estoque com mil litros e termina o ano com mil litros, o senhor não teve lucro algum, simplesmente você manteve o capital, imposto de renda já taxa o setor de revenda colocando as altas como se fossem lucros, e nada mais é do que manter o seu capital; é como você começar no campo com dez cabeças de gado e terminar com dez cabeças de gado, você manteve o teu capital.

Por isso, nós não somos contra o requerimento do Deputado Geraldo Cartário, mas nós estamos prevendo e, dizemos aqui hoje, que teremos mais dois aumentos de petróleo, um logo depois da auditoria, e nós teremos um aumento de petróleo ou antes do natal, ou antes do ano novo, para enganar mais uma vez, porque todo o brasileiro estará em festa e o Governo taxará mais uma vez como tem taxado nos últimos dez anos, ou antes do Natal, ou antes do Ano Novo, mais um aumento que sangrará ainda mais o bolso do contribuidor brasileiro.

O SR. TOTI COLAÇO (Para Encaminhar) - Sr.

Presidente, eu pediria vênias ao Deputado Lourenço Fregonese com mais respeito de acatamento ao seu posicionamento, ao seu ponto de vista e conhecedor profundo do comércio de postos de gasolina na distribuição daquilo que faz o País andar e caminhar.

Eu gostaria de parabenizar, cumprimentar o Deputado Geraldo Cartário por este requerimento, dando o apoio, hipotecando a solidariedade do Parlamento do Paraná ao Presidente Itamar Franco. Isto por quê? Por uma razão muito simples. Quando se aumenta os preços em Brasília da noite para o dia, e se fazia isto costumeiramente, nós aqui no Parlamento, na tribuna, éramos os primeiros a gritar na defesa do povo e do consumidor. Hoje, o Presidente da Re-

pública vem segurando o aumento do combustível, do petróleo.

O Parlamento de nosso Estado, através deste requerimento, apoia esta decisão, porque segura exatamente aquilo que é consumido diariamente. Tenho que ser solidário ao Deputado Geraldo Cartário pelo seu requerimento, porque quanto mais o Presidente segurar o aumento do combustível, automaticamente teremos uma inflação, - acredito eu no meu modesto conhecimento, menor, no que diz respeito à boa convivência do nosso País, do nosso povo.

Meus cumprimentos ao Geraldo Cartário. Peço vênias ao Deputado Fregonese.

Parabéns ao Presidente da República. Que não faça somente com a gasolina, faça com outros produtos, faça com outros setores da economia de nosso País. É desta forma que as coisas haverão de caminhar para ajustar a economia de todo o povo brasileiro.

O SR. CEZAR SILVESTRI - Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Cezar Silvestri.

O SR. CEZAR SILVESTRI - Acredito que a grande polêmica está na forma de como foi feito o requerimento. Como revendedor de gasolina que sou em Guarapuava, acredito que todos os postos de revenda de combustível o que não querem, na verdade, é o aumento, Deputado.

A grande preocupação, principalmente dos pequenos revendedores, é com os aumentos excessivos. Se fosse possível ficar congelado o combustível por um ou dois anos, seria um ótimo negócio para os postos de gasolina.

Acredito que o que o senhor quer, através do seu requerimento, é aprovar medida da criação da CPI. E o que todos queremos. Mas agora, mandar um requerimento de solidariedade ao Presidente da República por não aumento do combustível, penso que não é este o caminho.

Até pediria, se fosse possível, que o senhor retirasse este requerimento e fizesse um outro, aprovando a C.P.I. na PETROBRAS.

Tenho certeza que seria aprovado por unanimidade.

O SR. COSTENARO NETO - Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Costenaro Neto.

O SR. COSTENARO NETO - Sr. Presidente,

Srs. Parlamentares.

Realmente, quando se faz um requerimento para o interesse da população, a imprensa leva a público. Parece-me que está apresentando uma ação extraordinária. Não gostaria de ter que falar o que vou dizer agora, fazer a crítica neste momento, quando o Vice assume a Presidência da República, depois da tragédia em que o País mergulha.

Mas assistimos o Presidente da República falando, através da imprensa brasileira, com a mesma responsabilidade que a gente vê uma criança despreparada, ou uma pessoa com um certo desequilíbrio para estar ocupando, na verdade, um cargo tão importante como é o de Presidente da República quando o País está afundando.

Esta a grande verdade.

Agora vemos companheiro aqui da Casa, como Parlamentar, conhecedor da área comercial, conhece na verdade a vida de nosso País, mas neste momento faz - me perdoe Cartário, mas diria que você apresenta um requerimento inteiramente demagógico.

Na verdade, tem razão o Deputado Fregonese quando afirma, porque é muito fácil dizer que quando se aumenta o preço da gasolina apenas se critica o aumento, agora eu quero saber quem paga o prejuízo daqueles que têm a conta corrente em vermelho, e essa é a grande verdade. E eu falo sim, o Presidente Anibal brincou quando disse que não vale falar de álcool, eu digo, hoje é dia 18 do mês, eu quero saber quem vai pagar o prejuízo dos produtores de álcool que fabricam com sangue, suor, do povo que trabalha e que no final do mês têm que receber o seu salário, porque nós corrigimos os salários mês a mês como vinham sendo corrigido os preços.

Então criou-se na verdade um hábito, e o setor dá ao Paraná 50 mil empregos, produz 800 milhões de litros de álcool está pagando muito caro por uma atitude irresponsável do Presidente da República, parece que está dizendo ao povo que a PETROBRAS é dirigida por um bando de bandidos. Será que todos os setores do País são administrados por bandidos. Porque o Presidente da República não desindexou a economia quando fala no dia a dia, porque os Bancos cobram juros diariamente, eles não cobram mensalmente, a taxa é diariamente, hoje é um valor, amanhã é outro, e na verdade isso que está incomodando, dando-nos um prejuízo terrível.

Então é preciso se tratar das questões públicas com um pouco mais de responsabilidade. Se nós homens públicos estivermos aqui aprovando requerimentos que contemplam as atitudes absurdas, porque na verdade o Presidente da República empurrou com a barriga a economia do setor de combustível com trinta dias, a começar com 18

dias deste mês, mas na verdade amanhã ele dá um aumento de 40%, aí a gritaria é a deles.

Então é necessário que se preocupe um pouco mais com o País. Eu diria Geraldo, você foi feliz na demagogia, mas na realidade, esse seu requerimento é um absurdo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento conservem-se como estão.

O SR. GERALDO CARTARIO (Para Encaminhar) -

Na verdade, Senhor Presidente, a nossa função aqui não é a de agradar o Presidente Itamar, porque na minha opinião quando o Presidente Collor foi afastado ele deveria ser afastado também, porque foi eleito pelo mesmo vício do voto naquela famosa eleição onde enganaram a população brasileira.

Não tenho interesse algum em defender o início do Governo do Presidente Itamar Franco, mas não posso aceitar, com todo respeito ao Deputado Costenaro, que pense que fui eleito para aqui na Assembléia perder tempo e apresentar requerimentos demagógicos, porque se o requerimento que pretendemos que venha fortalecer o propósito do Presidente da República de levantarmos a realidade desse País não só na PETROBRAS, como em tantas outras, temos que aqui pedir ao Deputado Costenaro que deixe de pensar, na sua Usina de álcool, mas que pense que o Deputado que aqui está falando veio para cá com a missão de fiscalizar, de enaltecer, quando necessário até elogiar, eu não estou elogiando o Presidente Itamar Franco, mas sim a atitude, a honestidade que ele está apresentando ao País, e o Deputado Fregonese e o Deputado Costenaro por acharem que tem que vir um tarifaço com aumento absurdo, porque não pensarmos até em baixar o preço do combustível, porque nós sabemos que tem sido o bode-expiratório desse País o preço do combustível, por esta razão que nós não retiramos este requerimento, deixamos à apreciação dos ilustres nobres Deputados, com todo respeito ao Deputado Cezar Silvestri que, certamente, sabendo da sua colocação, se soubesse antecipadamente, haveria de ter conversado com ele e feito um requerimento entre o que ele pensa e o que eu penso, mas depois da agressão que recebi desse requerimento demagógico e, pensando no consumidor, porque eu sou consumidor, não no distribuidor, não nos fabricantes do produto, mas como consumidor e como representante dos consumidores, não só na bomba de gasolina mas também lá na pedreira onde eu compro óleo diesel.

Eu sei que quando se paga o óleo com o preço exagerado, absurdo, na calada da

noite, eu tenho que repassar o preço à pedra e essa pedra constrói casas e moradias populares e outras casas. Eu sei quanto custa o suor do trabalhador para erguer a sua casa.

Por essa razão eu agradeço a oportunidade de falar pela segunda vez e faço um apelo aos Ilustres Deputados companheiros que vamos permitir que o Brasil seja transparente com os impostos que arrecada da população brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o requerimento.

Os Senhores Deputados que aprovam conservem-se como estão.

**Aprovado.**

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Eu requeiro verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai-se proceder à verificação de votação.

Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento queiram levantar-se.

Dezoito (18) APROVAM.

Os Senhores Deputados que rejeitam queiram levantar-se.

Dez (10) REJEITAM.

**Está aprovado o requerimento.**

A Mesa anuncia...

O SR. CLEITON KIELSE - Pela ordem, Senhor Presidente.

**(Assentimento).**

Com satisfação, registro a presença do prefeito eleito de Tunas, agora, com emenda, Tunas do Paraná, o prefeito eleito de Bocaiúva do Sul, vereadores Herculano Cordeiro e Kielse de Bocaiúva.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa, antes de votar o requerimento do Deputado Mário Bezerra, anuncia para a Sessão de quarta-feira da semana que vem o Projeto do IPE, 592/92, conhecido como Fundão.

O projeto passa a figurar na pauta a partir das sessões de amanhã até terça-feira.

Quarta-feira, dia 25, vai figurar na Ordem do Dia.

Requerimento nº 1818, de autoria do Senhor Deputado Mário Bezerra, com apoio dos Senhores Deputados Ovídio Constantino, Lourenço Fregonese, Ademar Traiano e demais Senhores Deputados, constante de expediente. **Transformado em apelo à C.C.J. para apreciação do Projeto em causa.**

O SR. ERONDY SILVERIO - Pela ordem, Senhor Presidente.

**(Assentimento).**

Senhor Presidente, quando assumimos a Comissão de Constituição e Justiça, nós encontramos dois projetos que lá estavam paralisados e ambos com Regime de Urgência. Imediatamente nós fizemos a distribuição ao relator.

Portanto, eu solicito e requeiro à Mesa que desconsidere o requerimento ora em apreciação pela Casa porque a matéria já se encontra em Regime de Urgência. Então, eu não vejo por que votar novamente urgência numa matéria que já foi aprovada no Plenário por urgência.

O Relator, Luiz Carlos Martins, está tomando as providências para que na próxima Sessão seja apresentado o seu parecer no Plenário da Comissão de Justiça.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Para encaminhar, Senhor Presidente.

**(Assentimento).**

Senhor Presidente, este meu requerimento, subscrito por quase quinze Deputados, trata do Projeto de Lei Complementar 44/91 que dispõe sobre o serviço público de transporte coletivo rodoviário intermunicipal de passageiros no Estado do Paraná nos termos do artigo 146 da Constituição Estadual e dá outras providências.

Este Projeto de Lei Complementar, Senhor Presidente, foi lido no Expediente do dia 06 de março de 1991. Eu não vejo motivo para a protelação da discussão em Plenário do presente projeto. Inclusive, nós somos cobrados pelos principais interessados nesse projeto, que é a população do Paraná, que usa os serviços de transporte coletivo.

Eu estou pedindo, simplesmente, junto com mais quinze Deputados, Regime de Urgência para que votemos este Projeto de Lei Complementar antes do recesso, Senhor Presidente. Porque se esperarmos o recesso vai ficar dois anos passeando pelos bastidores da Assembléia, um projeto de tão importante envergadura, que é a melhoria da condição de transporte coletivo do Estado do Paraná.

Eu acho que é importantíssimo à Assembléia debater, inclusive, o substitutivo geral. Eu faço uma questão - até acredito que o Deputado Luiz Carlos Martins, que é o Relator recente desse projeto - que ele agilize, então, esse seu substitutivo geral, para que possamos votar, Senhor Presidente, quase dois anos vai fazer que esse projeto está passeando pelos bastidores da Assembléia. E nós, juntamente com mais quinze deputados, pedimos regime de urgência para que se agilize esse projeto de lei, que é de autoria do Deputado Neivo Beraldin.

Eu acredito que em aprovando o regime de urgência, vamos abrir um espaço para

que todos os deputados possam dar as suas sugestões para melhoria do transporte coletivo no Estado do Paraná.

Até é importante salientar que a Assembleia parece que nunca discutiu com profundidade os serviços prestados pelas empresas prestadoras do serviço de transporte coletivo do Paraná, então nós pedimos a anuência dos senhores deputados para aprovação desse nosso regime de urgência, para que antes do recesso possamos mostrar aos usuários do transporte coletivo do Estado do Paraná que nós estamos lutando pela melhoria desse serviço.

Só peço a anuência dos Senhores Deputados para aprovação desse meu requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Realmente o projeto se encontra em regime de urgência desde o dia 09.06.92, assinado pelo próprio autor do projeto Deputado Neivo Beraldin.

Transformo o requerimento do Deputado Mário Bezerra em apelo, principalmente à

Comissão de Justiça para que esse projeto seja apreciado ainda na próxima sessão da Comissão de Justiça, tendo em vista o requerimento do Deputado Mário Bezerra.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 19, à Hora Regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 025/91.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 063, 274 e 298/92.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 415/91 140, 314, 322, 328, 330, 346, 331, 332, 333, 340, 341, 342 e 343/92.

DISCUSSÃO ÚNICA - do Projeto de Decreto Legislativo nº 008/92.

Levanta-se a sessão.